

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - PR5
SUPERINTENDÊNCIA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA DA EXTENSÃO
COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA DA EXTENSÃO
2019

PROGRAMA ARTICULADO

TRANSFORMAÇÕES DAS FORÇAS PRODUTIVAS SOCIAIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UFRJ
faz 100
ANOS

1920 | 2020



PROGRAMAS
ARTICULADOS
EXTENSÃO | UFRJ

CELSO ALEXANDRE SOUZA DE ALVEAR | DENISE CUNHA DANTAS | CHRISTIANE DUARTE
TEIXEIRA | MONIQUE COSENZA | CRISTINA MARCHIORI MIRANDA | MARIA ELISA
PALACIOS | CAROLINA SOARES DE CARVALHO | CAROLINE ALVES DE SOUTO MATTOS |
ROSIMAR CAROLINE BATISTA FERREIRA

PROGRAMA ARTICULADO

TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS SOCIAIS

RIO DE JANEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PR5

2019



REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

CELSO ALEXANDRE SOUZA DE ALVEAR (Jun/2018 - Jun/2019)

DENISE CUNHA DANTAS (Jun/2018 - Jun/2019)

Coordenação Executiva

CHRISTIANE DUARTE TEIXEIRA (Jun/2018 - Jun/2019)

MONIQUE COSENZA (Jun/2018 – Abr/2019)

Equipe

CRISTINA MARCHIORI MIRANDA (Mai/2019 - Jun/2019)

MARIA ELISA PALACIOS (Mai/2019 - Jun/2019)

CAROLINA SOARES DE CARVALHO (Jul/2018 - Abr/2019)

CAROLINE ALVES DE SOUTO MATTOS (Jul/2018 - Abr/2019)

ROSIMAR CAROLINE BATISTA FERREIRA (Mai/2019 - Jun/2019)

MAÍSE ALBERTO SANCHES (Jul/2018 - Jan/2019)

CAMILA ALVES MARTINS (Fev/2019 - Abr/2019)

Apoio

NÚCLEO DE SOLIDARIEDADE TÉCNICA DA UFRJ

Capa e artes

BRUNO GENTIL

A474

Programa Articulado Transformação das Forças Produtivas Sociais /
Celso Alexandre Souza de Alvear ... [et al]. – Rio de Janeiro: Pró-
Reitoria de Extensão da UFRJ (PR5/UFRJ), 2019.

64 p. : il. ; 28 cm.

Bibliografia: p. 56-58

ISBN 978-85-89669-72-6

1. Extensão Universitária 2. Universidade 3. Tecnologia 4.
Forças Produtivas I. Alvear, Celso Alexandre. II. Título.

CDD: 378

Índice

1. Introdução.....	1
2. A Extensão Universitária.....	4
2.1. Definição.....	4
2.2. Diretrizes da Extensão.....	5
2.3. Linha do tempo.....	7
2.4. A Evolução em Números.....	13
3. Os Programas Articulados (PA).....	17
3.1 Objetivos.....	19
3.2 Metodologia.....	20
4. Resultados e análises.....	26
4.2. Elementos gerais da análise.....	37
4.3. Reuniões com os membros dos projetos.....	38
4.4. Perguntas finais enviadas aos projetos.....	46
4.5. Considerações Finais das reuniões realizadas.....	49
5. Conclusão.....	52
Referências Bibliográficas.....	56



Projeto OTA – Ocupação
Solano Trindade,
Duque de Caxias



1. Introdução

O projeto intitulado *Programas Articulados* nasceu em junho de 2018 com a função principal de mapear e promover uma maior visibilidade, conexão e interatividade entre as ações de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com a Pró Reitoria de Extensão (PR-5) da UFRJ, os oito pilares temáticos que compõe os Programas Articulados possuem o intuito de organizar a Extensão, qualificar a apresentação institucional das atividades existentes, potencializar recursos e ampliar as atividades. Sua finalidade também é facilitar o processo de implementação da creditação da Extensão na UFRJ. Além de subsidiar os cursos de graduação que ainda não realizaram sua reforma curricular para a inclusão do Requisito Suplementar Curricular.

Neste sentido, a equipe responsável por um desses oito pilares, o *Transformação das Forças Produtivas Sociais (TFPS)*, definiu como objetivo principal, estabelecer uma relação mais próxima com os coordenadores de ações, que viabilizasse um conhecimento maior acerca dos seus projetos e/ou cursos, a fim de: ter uma visão mais ampla sobre as ações de extensão da UFRJ; promover a articulação entre ações do programa TFPS; facilitar a visibilidade das ações pelo público interno e externo e sugerir melhorias nas políticas de extensão para UFRJ, a partir das especificidades de cada programa.

A metodologia utilizada consistiu no mapeamento das ações de extensão da UFRJ, identificação das ações que compreendem o universo do programa TFPS, redirecionamento das ações não vinculadas aos programas articulados para os possíveis universos temáticos, elaboração de um formulário direcionado aos coordenadores das ações para a obtenção de informações adicionais e debate do diagnóstico sobre perfil das ações do programa TFPS com seus integrantes.

O formulário foi enviado a 122 coordenadores e foram obtidas 31 respostas. Após apresentação e debate com os coordenadores envolvidos, foram propostas adequações no sistema de cadastro, buscando a praticidade e a interação entre as ações de extensão. Uma autocrítica foi realizada e entendeu-se ser necessária uma maior articulação entre os projetos, para terem uma participação ativa nos processos de





decisão. Como resultado positivo, após esta abordagem e retorno iniciais, finalmente foi criado o Conselho de Extensão da UFRJ, no início de 2019.

Os resultados obtidos se dividiram entre confirmar ou surpreender suposições pré-estabelecidas: mais da metade (57%) das ações se alinham no tema *Gestão e Empreendedorismo* ou *Saúde* e $\frac{3}{4}$ dos coordenadores possuem formação nas áreas de Engenharia ou Saúde. No item *público-alvo* 12,5% indicaram o público interno da UFRJ, o que diverge das diretrizes de extensão. Quanto à *formação de equipe*, felizmente mais da metade (58%) contam com pelo menos um Técnico Administrativo, o que indica alguma diversificação na participação da universidade, como um todo.

Os dados coletados visam auxiliar à PR-5 na elaboração e otimização de incentivos às articulações e na continuidade do mapeamento. Com intuito de dar o retorno àqueles que participaram da pesquisa, foram realizadas apresentações presenciais em dois campus universitários distintos, para melhor abrangência, a fim de estimular a presença dos projetos nas reuniões:

- a) 1ª reunião - realizada na Sala C da Decania, no Centro de Tecnologia, no dia 15 de abril de 2019, Campus Cidade Universitária;
- b) 2ª reunião - realizada na Sala do Conselho de Coordenação - Prédio da Decania CFCH, Campus Praia Vermelha, no dia 25 de abril de 2019.

Atingiu-se a presença de 17 projetos, somando os dois dias de reuniões. Avaliamos como um bom número, se considerarmos as dificuldades geralmente enfrentadas nos processos de engajamento.

Neste sentido, apresentamos aqui o **Relatório Final 2019 do Programa Articulado: Transformações das Forças Produtivas Sociais (TFPS)**, onde mostramos inicialmente os embasamentos teóricos acerca da extensão e, em um segundo momento, os dados recolhidos e resultados a partir do percurso descrito anteriormente. Trazemos para a leitura um levantamento histórico da extensão no Brasil para, a partir daí, podermos pensar o papel da universidade para a sociedade em busca de maior integração com o ensino-pesquisa-extensão.





Projeto Gutta – Vila Residencial da UFRJ



2. A Extensão Universitária

2.1. Definição¹

A Extensão Universitária é definida pelo FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão (2012) - como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que busca a interação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. Caracterizando-se por um conjunto de ações, desenvolvidas através de metodologias participativas, a extensão tem o objetivo de assumir o papel de agente promotor de uma interação dialógica e a consequente troca de saberes entre seus atores internos e externos à Universidade. Segundo Thiollent (2003), a Extensão Universitária é:

...metodologia participativa entendida como conjunto de procedimentos pelos quais os interlocutores envolvidos no projeto, internos e externos à universidade, estão inseridos em dispositivos de consulta, diagnóstico, ensino, pesquisa, planejamento, capacitação, comunicação; sempre elaborados para alcançar objetivos em comum. (THIOLLENT, 2003, p. 57)

As atividades de extensão reforçam a necessidade da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão como ferramenta de formação humana de todo conjunto da sociedade universitária. Para dar veracidade a este objetivo, é necessário compreendermos que a Universidade precisa se basear em relações “*ser humano - ser humano*” e “*ser humano - meio ambiente*”, que possibilitem o aprofundamento da tomada de consciência de sua realidade, podendo adquirir condições de intervir nesta realidade, conforme assinala Freire (2002):

(...) o conhecimento não se entende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem, o conhecimento se constitui nas relações homens/mundo, relações de transformações, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 2002, pág. 36).

O desenvolvimento da produção do conhecimento, na contra mão desses entendimentos, pode contribuir para que as desigualdades se acentuem, na medida em que as responsabilidades da comunidade universitária, se afastam cada vez mais dos problemas sociais, reforçando as diferenças entre classes, separando a teoria da prática, o sujeito do objeto, a ciência e da política, o homem da natureza (BORDA, 1978).

1 Capítulo extraído da Dissertação de Mestrado de Denise Dantas.





(...) uma construção ou (re)construção de conhecimento, que envolve, além dos universitários, atores e públicos com culturas, interesses e níveis de educação diferenciados. (THIOLLENT, 2003)

Desta forma, buscando ações transformadoras, a extensão deve ser desenvolvida através de metodologias que levem em conta os aspectos sociais, culturais, econômicos e a possível transformação e emancipação de um grupo, através de um processo de construção de conhecimento científico.

2.2. Diretrizes da Extensão²

I. Interação Dialógica - *“o cerne da dimensão ética dos processos de Extensão Universitária”*

Orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais, buscando superar a hegemonia acadêmica pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais, ou seja, estimulando a contribuição de atores não-universitários dentro e fora do território da Universidade Pública. Não se trata de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas sim de produzir, em interação com a sociedade, um novo conhecimento que busca de novo superar a desigualdade e a exclusão social, em vistas de se construir uma sociedade mais justa, ética e democrática.

II. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade - *“imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende”.*

Busca combinar especialização com a complexidade inerente às comunidades, setores, grupos sociais com os quais se desenvolvem as ações de Extensão ou aos próprios objetivos dessas ações, pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais.

2 As seguintes diretrizes aqui resumidas e apresentadas estão presentes na Política Nacional de Extensão Universitária (2012), definidas no Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), colocando a UFRJ em conformidade com a legislação vigente nacional.





III. Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão - *“reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico e inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor”.*

Objetiva vincular a Extensão Universitária ao processo de formação de pessoas (Ensino), colocando o estudante como protagonista da sua formação técnica e cidadã, e de geração de conhecimento (Pesquisa), utilizando-se de metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que prioriza a participação dos atores sociais e o diálogo. Deste modo, contribui-se para a transformação em direção à justiça, solidariedade e democracia, refletidos na produção acadêmica (teses, artigos, eventos, audiovisuais). Entende-se “Sala de aula” como todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re) constrói o processo histórico-social. O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser um mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo.

VI. Impacto na Formação do Estudante - *“enriquecimento da experiência discente em termos teóricos, metodológicos mais a reafirmação, materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira”.*

Com intuito de ampliar o universo de referência pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas e viabilizar a flexibilização curricular e a integralização dos créditos logrados nas ações de Extensão Universitária, previstos na Constituição de 88 e regulamentados pelo PNE (2001-2010), o projeto pedagógico necessita explicitar três elementos essenciais: (i) a designação do professor orientador; (ii) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (iii) a metodologia de avaliação da participação do estudante. A qualificação da formação do estudante, por meio de seu envolvimento em atividades extensionistas, depende também, no âmbito interno das Universidades, de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento das ações extensionistas com os colegiados de gestão acadêmica da graduação e da pós-graduação, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de Extensão Universitária e da legislação vigente.





V. Impacto da Transformação Social - *“imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político”.*

Reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, e propiciadora do desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas. Com essa diretriz, espera-se configurar nas ações extensionistas as seguintes características: (i) privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre o qual incide; (iii) efetividade na solução do problema. Cabe lembrar que a efetividade de qualquer tipo de intervenção social depende do grau de racionalidade que se imprime à sua formulação, sem perder de vista os valores e princípios que a sustentam, de forma a permitir sua gestão eficiente e sua avaliação, seja a de seu processo de implementação (monitoramento), seja a de seus resultados e impactos sociais.

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária. A própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto, ser transformada.

O alcance desses objetivos é potencializado nas ações que se orientam pelas diretrizes de Interação Dialógica: Interdisciplinaridade, Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e Impacto nas Transformações Sociais. *“Com esse escopo, as ações de Extensão Universitária surgem como instrumentos capazes de contra-arrestar as consequências perversas do neoliberalismo, em especial, a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham”* (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

2.3. Linha do tempo

A extensão universitária no Brasil começa a surgir já na segunda década do século XX, completando o seu primeiro centenário não-oficial em 2011, sofrendo, no decorrer deste período, significativas interferências e modificações.





Para atingir o que se define como Extensão Universitária atualmente, a regulamentação se construiu conceitualmente, com diversas influências, até chegar ao que se apresenta hoje no Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura (PNE). No PNE estão determinadas as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional como um todo.

Neste capítulo, será exposto um resumo em formato de “linha do tempo” onde serão levantados os principais acontecimentos no contexto das políticas públicas e acontecimentos históricos, para contextualizar as atividades de extensão presentes na UFRJ hoje.

1911 - Primeiras Experiências

Segundo Miguens e Celeste (2014), entre 1911 e 1917 ocorreram as primeiras experiências de extensão no Brasil, na Universidade Livre de São Paulo³, uma universidade particular, por meio de conferências e semanas abertas ao público em que se trabalhavam diversos temas. Inicialmente, buscou-se atuar na promoção de cursos voltados à população em geral. A ideia era entender a Extensão Universitária como uma forma de levar os saberes acadêmicos através de cursos, a quem não teria acesso a tais informações (NOGUEIRA, 2001, p. 63). No entanto, estas atividades não estavam ainda relacionadas às questões políticas e tampouco havia alguma interação crítica com as problemáticas sociais da época.

1918 - Manifesto de Córdoba (Argentina)

Em Córdoba, na Argentina, iniciada pela reforma realizada pela Universidade Latino-americana, houve grande mobilização, cujo pleito era a transformação e o compromisso social da Universidade. O Manifesto de Córdoba, resultado da mobilização social, por sua vez, teve influência sobre a construção do pensamento de outros

3 IBGE - Acervo dos Municípios Brasileiros: Em novembro de 1911, um grupo de intelectuais paulistas, incluindo médicos, farmacêuticos, dentistas e advogados, instalou a Universidade Livre de São Paulo, que era mantida pelo setor privado, sem a fiscalização do governo. Fundada por Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, tinha os cursos de medicina, belas artes, comércio, engenharia, odontologia, farmácia e direito. Funcionando aproximadamente até 1917, essa Universidade chegou a formar alguns médicos e farmacêuticos.





manifestos universitários, em países como México, Uruguai, Chile, Peru e Brasil.

Segundo o professor da UNICAMP José Alves de Freitas Neto, estas reformas de origem jovem e estudantil, vindas das Federações Universitárias locais, foram inovadoras principalmente por:

Evitar o encastelamento e o enrijecimento da estrutura docente.[...] O fim da concepção da universidade como um claustro levava à liberdade para que um público amplo pudesse frequentar as aulas. (NETO, 2011)

Formou-se então o que se configura como atividades de extensão, causando desconforto e gerando desafios encarados até hoje, como reforçado por Neto:

A abertura à participação externa seja como estudantes ou como docentes que não estejam vinculados por laços empregatícios é um desafio difícil de ser superado em muitas instituições nos dias atuais.” (NETO, 2011)

Contudo, não é de imediato que as reivindicações se traduzem em práticas, e a extensão foi se moldando também de acordo com o que fazia sentido para o sistema econômico vigente.

1931 - Estatuto da Universidade Brasileira e do Rio de Janeiro.

Em 11 de abril de 1931, o Decreto de nº 19.851, passou a regulamentar a forma como o sistema universitário deveria se constituir e estabeleceu os padrões de organização para as instituições de ensino superior em todo o país, universitárias e não universitárias. Tal decreto veio acompanhado de outro, o Decreto nº 19.852, que dispunha sobre a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, que ainda estava voltada mais para o trabalho do que para pesquisa e extensão.

Esta foi a primeira vez que a extensão apareceu de fato em uma legislação educacional. Segundo Sousa (2000, p. 57) “Desde o Brasil Colônia até o ano de 1930, não será identificado nenhum registro no discurso oficial que reconheça a existência da Extensão”.

O que compreendemos hoje como Extensão Universitária teve origem na Europa, mais precisamente na segunda metade do século XIX na Grã-Bretanha, visando atender à população em geral por meio de cursos curtos promovidos por instituições de ensino. Nos EUA, a extensão se estendeu para a prestação de serviços nas áreas urbana e rural, não se restringindo, portanto, à promoção de cursos. A natureza das duas formas de extensão, a europeia e a norte-americana - a primeira com ênfase em curso e a





segunda, com destaque à prestação de serviços - irá determinar na formulação de dois modelos de Extensão Universitária que até os dias atuais encontra-se em debate.

Na década de vinte, observa-se a ocorrência da elaboração de programas de prestação de serviços na área rural promovidos pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e pela Escola Agrícola de Lavras, ambas as experiências ocorridas em Minas Gerais. (NOGUEIRA, 2001, p. 58)

Conforme Nogueira (2001), foi por meio do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, que a Extensão Universitária foi designada como um instrumento de ampliação dos serviços da Universidade à população em geral. Visando, como o autor aponta, uma “maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias que concorrerão de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo”.

Estão descritos neste Estatuto os seguintes artigos e parágrafos destacados que mencionam a extensão universitária:

Art. 99. A vida social universitária terá como organizações fundamentais:

- c) associações de classe, constituídas pelos corpos docente e discente dos institutos universitários;
- d) congressos universitários de 2 em 2 anos;
- e) **extensão universitária;**
- f) museu social.

Art. 109. A **extensão universitária** destina-se à difusão de conhecimentos philosophicos, artísticos, literários e scientificos, em beneficio do aperfeiçoamento individual e colectivo.

§ 1º De accôrdo com os fins acima referidos, a **extensão universitaria** será realizada por meio de cursos intra e extra-universitarios, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações praticas que se façam indicadas. (EUB, 1931).

Pontua-se aqui, portanto, que a extensão universitária já era uma realidade desde 1931, mas que na prática, era uma extensão elitizada; apenas médicos, engenheiros, advogados e outros profissionais liberais tinham acesso a tal proposta (FÁVERO, 2000).

1968 - Reforma Universitária.

Durante as décadas de 1940 e 1950 pouco se discutiu sobre extensão universitária. Somente nos anos 60, através do Movimento Estudantil produzido, principalmente, pela União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1938, foi que a extensão ganhou um caráter mais crítico e político. As mobilizações populares e as





reformas sociais fizeram com que a extensão passasse do enfoque na difusão de conhecimento para a transformação social. Segundo Brito e Cunha, esse movimento resultou em um *intelectual coletivo*, “um protagonista sempre presente nas políticas educacionais do país, fosse como propositor, como colaborador, fosse como crítico de tais medidas” (CUNHA, 2000, p. 174).

A Lei Nº 5.540/68 - Lei Básica da Reforma Universitária, foi criada no contexto histórico da Ditadura Militar. É uma lei que rompe com o caráter da extensão enquanto espaço de diálogo com a comunidade, dando um tom mais assistencialista. Estabelece, ainda, que o ensino superior deve ser pautado pela indissociabilidade do ensino e pesquisa. Segundo Brito e Cunha, na verdade, pode-se dizer que a reforma iniciada pelos alunos e professores recebeu uma nova roupagem quando o Estado se apropriou dela, realizando, assim, uma *reforma da reforma*. A condição creditada à Universidade como um espaço de poder e formação de consciência política e profissional foram sendo adquiridos ao longo de seu percurso no Regime Militar, de maneira reativa e antagônica.

Ainda com um caráter assistencialista em sua atuação, existem autores que consideram que as atividades de extensão contribuíram para que os estudantes levassem melhores condições sociais para as comunidades assistidas (NOGUEIRA, 2001, p. 61). Em contrapartida, foi um momento de retrocesso no âmbito educacional como um todo, podando a autonomia dos docentes e estudantes das universidades.

Vale ressaltar que neste mesmo ano, no Chile, a obra *Extensão e Comunicação*, de Paulo Freire, foi lançada com uma forte crítica ao modelo de extensão que considera a Universidade como detentora do conhecimento que se estende à sociedade. Paulo Freire, durante o seu exílio, realiza essa publicação e propõe que a extensão se dê através de uma construção dialógica, entre universidade e sociedade.

1980 - Pós-Ditadura Militar.

A partir da década de 1980, segundo Brito e Cunha (2009), a Universidade foi protagonista do movimento pela democratização e também pelo avanço nas pesquisas sociais, e educacionais.

Foi um período de redemocratização e forte ação dos movimentos sociais. A universidade passa a propor ações de extensão que asseguram os direitos humanos.





1987 - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).

O I Encontro de Pró-Reitores definiu as políticas extensionistas unificadas entre as universidades públicas brasileiras, em 1987. Participaram do evento 33 universidades, com seus devidos representantes e a UFRJ foi uma delas. Neste encontro, segundo Kochann (2017), se discutiu a função social da universidade, bem como sua institucionalização, as necessidades de financiamento e o fortalecimento das políticas de extensão. Concluiu-se que a extensão universitária precisava ganhar seu espaço acadêmico e não meramente assistencial e de prestação de serviço.

Conforme acrescentado por Carbonari e Pereira (2007), este encontro definiu também a extensão como programas, projetos ou atividades e estabeleceu orçamento próprio, bem como a criação de métodos claros para aferição dos resultados e estratégias de divulgação.

2001 - Plano Nacional de Educação 2001-2010.

Lei n. 10.172, que reforça a proposta da integração curricular com a extensão universitária, a qual devem obrigatoriamente, configurar nos currículos dos cursos de graduação das Universidades públicas.

O documento propõe princípios, diretrizes e objetivos a serem seguidos pelas universidades no âmbito nacional. Segundo Kochann (2017), A historicidade da extensão universitária é muito marcada com a prestação de serviços e assistencialismo, sendo necessário urgente novo modo de compreender as atividades extensionistas

2014 - Plano Nacional de Educação (2011-2020).

A lei nº 13.005/2014 estabelece metas e diretrizes para educação nos próximos 10 anos. Uma das estratégias para atingir a meta determinada é que seja “assegurando, no mínimo 10% do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação, em programas e projetos de extensão universitária, orientando, prioritariamente para áreas de grande pertinência social”. (PNE, 2014).





2.4. A Evolução em Números

Desde 2003, as ações de extensão foram aumentando em praticamente todas as universidades, inclusive na UFRJ. O gráfico seguinte (GRÁFICO 1) contabiliza o número de ações aprovadas no PROEXT do MEC.

O PROEXT foi um dos maiores editais federais de fomento à extensão universitária e contava com recursos e participação de 14 ministérios⁴. Nos primeiros anos deste edital, o número de ações aprovadas ficava em torno de 100 e 200, com um recurso médio de 50.000 reais para cada ação.

Em 2014, chegam a ter mais de 800 ações aprovadas, com uma média de 100.000 reais por ação.

Entretanto, a partir de 2015 o recurso começa a diminuir e em 2016 o edital ocorre pela última vez.

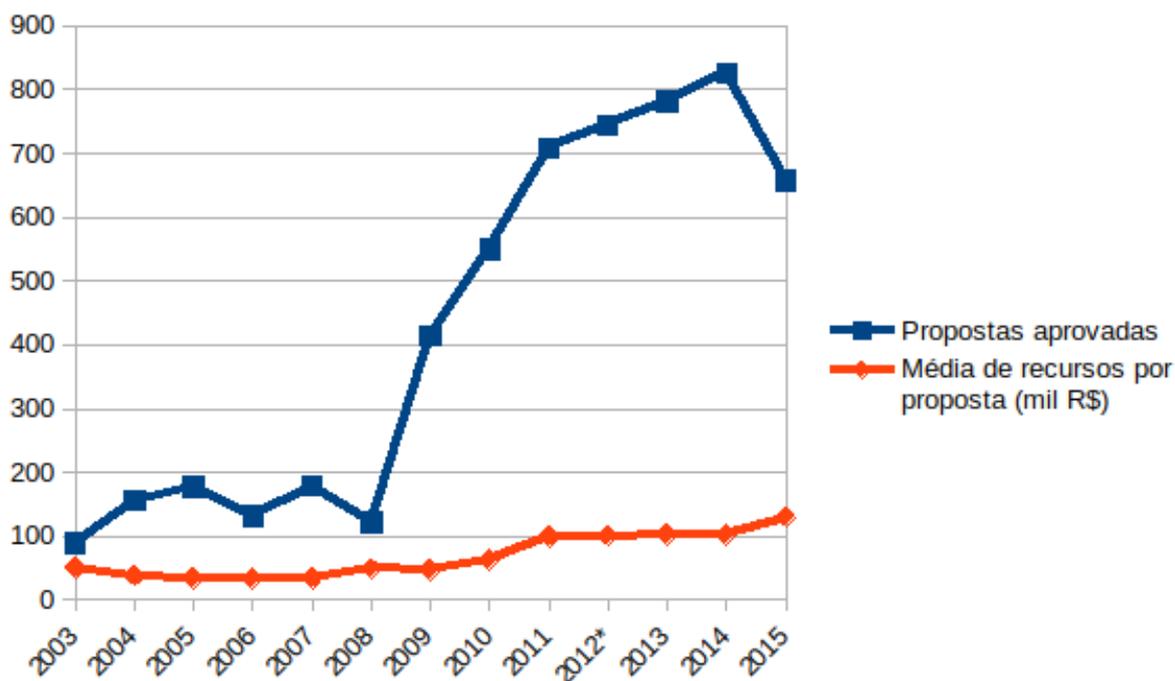


Gráfico 1 - Evolução do PROEXT

Na UFRJ, também podemos ver um crescimento no número de ações de extensão e um aumento dos recursos (GRÁFICOS 2 e 3). Até 2016, o principal edital de

4 Para mais informações: <http://portal.mec.gov.br/proext/proext-apresentacao>





fomento a extensão se chama PIBEX. A partir de 2017, outros editais foram unificados junto com o PIBEX e renomeados como PROFAEX. Em relação aos recursos, pode-se ver no Gráfico 2 que o número de ações que receberam fomento da PR5, cresceu de 100, em 2007, para quase 350, em 2018.

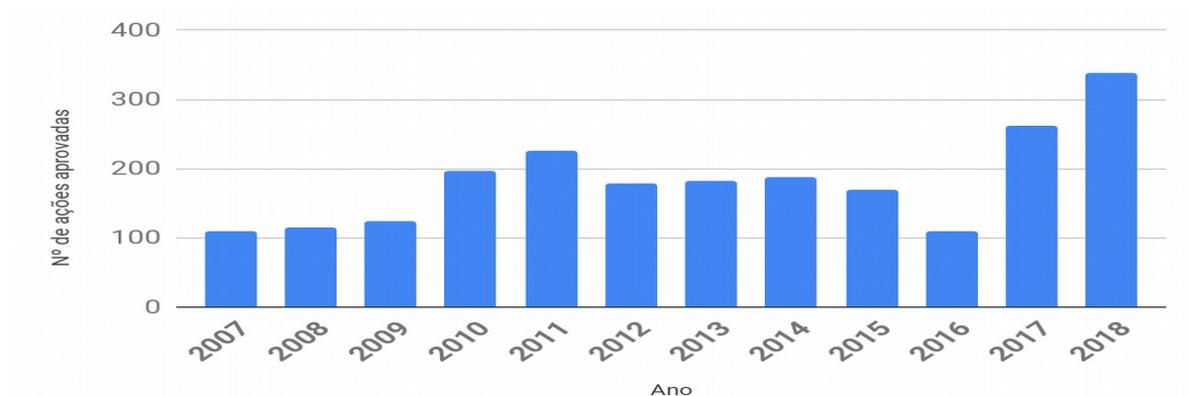


Gráfico 2 - Número de ações aprovadas no PIBEX/PROFAEX

Além disso, em 2014 foi criado edital Fluxo Contínuo de registro de ações de extensão, que a partir de 2016, foi renomeado para Registro Único de Ações de Extensão (RUA), com o fim de padronizar e organizar os registros de toda e qualquer ação de extensão realizada na instituição⁵.

Antes disso, não havia a obrigação de registrar um projeto ou curso de extensão, então só era possível estimar o número de ações a partir dos editais de fomento. O gráfico 3 traz a evolução do número de ações cadastradas no decorrer dos anos.

Nota-se também, um crescimento acentuado a partir do ano de 2016, passando de 81 (2015) ações cadastradas para 858 (2018). Esse grande aumento tem como provável explicação a implementação de políticas na UFRJ para o cumprimento dos 10% de curricularização da extensão nas grades dos cursos, exigindo, conseqüentemente, um aumento de ações.

5 Todos os editais de registro e de fomento eram feitos através do sistema SIGPROJ, que até 2017 tinha como endereço sigproj.mec.gov.br e depois migrou para <http://sigproj.ufrj.br>



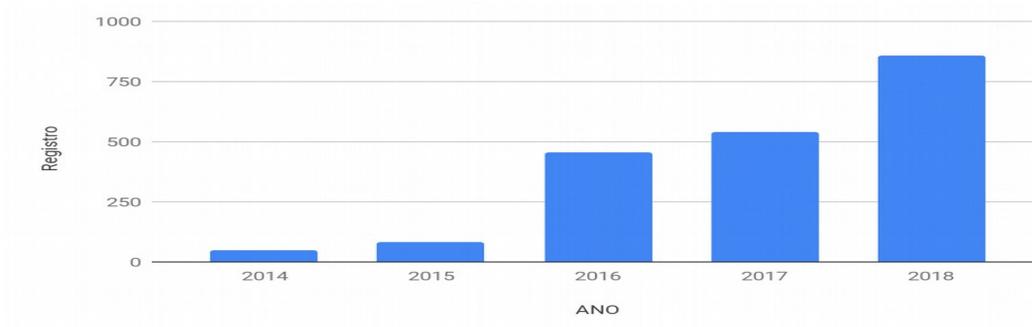


Gráfico 3 - Evolução do registro de ações de extensão na UFRJ

Desta forma, houve um crescimento exponencial na quantidade de ações de extensão da UFRJ. Enquanto até 2008 era possível para a equipe da PR5 conhecer todas as ações, atualmente temos 1.307 ações de extensão em andamento⁶, sendo que destas, 858 foram registradas em 2018.

Assim, a importância do trabalho realizado pelos Programas Articulados se mostra como uma forma de agrupar essas ações em conjuntos temáticos, afim de conhecê-las melhor, possibilitar a integração e a melhorar a divulgação das mesmas.

6 Atualmente cadastradas no SIGA:
https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Extens%C3%A3o.pdf





QUILOMBO
SOLAR
Energia Solar para as Comunidades

**NO QUILOMBO
SÓ MANOBRAS.**
ACESSO PARA CARGA, DESCARGA
E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS.
Projeto Saberes e Ocupações -
Quilombo do Grotão, Itaipu

Projeto Saberes e Ocupações -
Quilombo do Grotão, Itaipu



3. Os Programas Articulado (PA)

Em 2016, a Pró-reitora de Extensão (PR-5) da UFRJ deu início à organização das 5.444 ações de extensão registradas pelos editais *Registro Único de Ações de Extensão* (RUA) e *Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão* (PROFAEX), propondo então 8 (oito) categorias abrangentes de vinculação, que funcionam como grandes guarda-chuvas interdisciplinares, denominando **Programas Articulado (PA)**.

O objetivo da criação dos Programas Articulado foi de mapear as atividades, promover uma maior visibilidade, conexão e interatividade entre as ações ativas no *Sistema de Informação e Gestão de Projeto* (SIGProj), fortalecendo o diálogo interno/externo à Universidade.

Ao criar as oito categorias, que se definem em adição às temáticas acadêmicas e entrelaçam as áreas do conhecimento em suas descrições, o intuito foi dar uma maior organicidade aos processos interdisciplinares. E por fim, com o objetivo de ampliar as creditações, antes exclusivas para Programas e Projetos, incluiu-se também os Cursos vinculados à Projetos e Programas.

Conforme redigido em Ata da 52ª Plenária, do dia 7 de dezembro de 2016, a vinculação das ações aos Programas Articulado ocorre sob auto declaração, *“cabendo aos Coordenadores, a partir da identidade de sua ação, vincular-se, deliberadamente, a um dos oito programas”* (PR-5, 2016). Ao *“potencializar sinergicamente as atividades coordenadas em um programa de extensão”* (PR-5, 2016), este movimento estrutural promove, conseqüentemente, uma intensificação na inter-relação entre sociedade e Universidade (corpo docente, discente e técnico da UFRJ), impactando efetivamente na formação dos estudantes.

O mapeamento das ações registradas identificou um dado relevante para tomadas de rumos na gestão da PR-5: o expressivo quantitativo de ações já finalizadas ou, em alguns casos, não iniciadas, embora com situação “em andamento” no SIGProj. Por conta disso, a PR-5 anunciou então a sua intenção de tornar institucionais os





Programas e ações que estivessem realmente ativos e em conformidade com as diretrizes de extensão “*com base efetivamente multidisciplinar e que tenham, reconhecidamente, grande relevância social, que na prática causam impacto na formação dos estudantes*”. (PR-5, 2016).

Tendo em vista os objetivos descritos acima, considerando as problemáticas e necessidades identificadas por levantamentos debatidos em plenárias, elevando a importância da articulação em torno dos programas institucionalizados, foi iniciada uma nova etapa de trabalho.

No ano de 2018 a PR-5 formou oito equipes técnicas, nomeando uma dupla de coordenadores por equipe, para cada Programa Articulado. Segundo a própria Pró Reitoria de Extensão da UFRJ:

“Para que estas tornem-se agentes promotores destas articulações, e assim as ações possam vir a ser regidas por uma política comum, e que nessas interseções possam também explorar a possibilidade de realização de eventos e/ou cursos conjuntamente, mobilizando maior número de pessoas e otimizando os recursos da universidade, visando maior eficiência”. (PR-5, 2016).

Sendo assim, são as oito categorias dos Programas Articulados:

- A. Complexo de Formação de Profissionais da Educação Básica;
- B. Construindo Cidades Humanas e Saudáveis: Articulação Campo-Cidade;
- C. Cuidando da Vida: Metabolismo Natural e Metabolismo Social;
- D. Educação Pública, Educação Popular e Formação Permanente;
- E. Expressões e Linguagens: Saberes em Movimento;
- F. Internacionalismo, Identidades e Prazer;
- G. Memória Cultural, Social e da Terra;
- H. **TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS SOCIAIS.**

O presente trabalho é resultado desta coordenação e equipe formada para articular o Programa Articulado destacado na lista acima: Transformações das Forças Produtivas Sociais, o **TFPS**, que possui a seguinte definição transversal, elaborada pela PR-5:





“As forças produtivas sociais são indissociáveis das relações sociais de produção, compreendendo formas de trabalho, as tecnologias produtivas, os bens naturais transformados e os produtos materiais e simbólicos das relações sociais mediadas pelas forças produtivas, sendo as expressões concretas do processo do fazer material e simbólico historicamente produzidos. As contradições entre a pujança das forças produtivas e as ásperas condições de vida dos que vivem do próprio trabalho e, ainda, entre o ‘desenvolvimento’ e os problemas socioambientais estão exigindo, crescentemente, conhecimento sobre as formas de organização da produção material da vida, questionando o sentido dominante da tecnologia e do desenvolvimento. A história do desenvolvimento das forças produtivas precisa ser questionada culturalmente, incorporando as práticas e conhecimentos que ensejaram a concepção universal de ser humano, nas lutas sociais, e de direitos sociais universais, considerando as diversas possibilidades da condição humana”.

(Disponível em: <<http://xn--extenso-2wa.ufrj.br/index.php/programas-articulados>>)

3.1 Objetivos.

Os objetivos gerais da equipe de coordenação do PA TFPS reúnem duas demandas. As demandas originais da PR-5, que visavam unificar a comunicação e relação entre as equipes formadas e a Pró Reitoria de Extensão, somadas às demandas definidas em equipe, com autonomia cedida pela PR-5, em reuniões internas.

Foram então debatidas estratégias de ações internas, para conseguirmos realizar, ou dar início à articulação entre os *Programas, Projetos e Cursos* vinculados à TFPS.

A intenção foi trabalhar de maneira satisfatória para aproveitamento do potencial criado com a união das expertises, de forma *multi* e interdisciplinar, assim como de auxiliar a futura gestão da Pró Reitoria de Extensão da UFRJ, dando apoio funcional, estrutural além de possibilitar a continuidade deste trabalho. Considerando isso, elencamos os seguintes objetivos gerais:

- Obter conhecimento amplo sobre as ações de extensão da UFRJ / TFPS;
- Promover a articulação entre as ações do programa TFPS;





- Facilitar o acesso e a visibilidade das ações pelo público interno e externo à UFRJ;
- Sugerir melhorias na política de extensão na UFRJ.

Assim sendo, foram discutidas as melhores formas de iniciar a abordagem para este trabalho. Entendeu-se, coletivamente, que um diagnóstico poderia servir como apoio fundamental para as próximas etapas, além de estimular, de forma pragmática e espontânea, os encontros entre os integrantes das ações que demonstrassem esse interesse ao longo do processo, facilitando a articulação entre os mesmos.

Vale registrar que não descartamos a possibilidade de ir até os projetos pessoalmente, e seguir a máxima de SIMONI (2000), de que “*é preciso ir lá para ver, é preciso ir lá para viver, é preciso ir lá para ver com os olhos dos outros*”. Pensou-se inicialmente em dividir a equipe em subequipes, e assim obter conhecimento sobre as ações nos seus locais de atuação, junto aos Coordenadores.

No entanto, devidas dificuldades pré-existentes em relação ao acesso às informações sobre as ações, avaliou-se o alto risco da não-satisfação no alcance dos objetivos em auxiliar as futuras gestões, unindo esta avaliação ao desejo de buscar resultados verdadeiramente consistentes. Optou-se, então, coletivamente, em atuar de maneira mais específica, para assim inaugurarmos o processo com um diagnóstico das ações TFPS.

3.2 Metodologia

Para atingir tais demandas propostas pela PR-5 e pela equipe do TFPS, foi adotado um caminho metodológico iniciado pelo mapeamento dos projetos e cursos de extensão da universidade. Após o mapeamento, seguiu-se por uma elaboração de formulário aplicado aos coordenadores de projetos e cursos, e por fim, um diagnóstico a partir dessa pesquisa realizada.





3.2.1 Mapeamento das ações de extensão da UFRJ

Como um primeiro passo, a equipe fez um trabalho de identificação e estudo caso a caso, localizando simultaneamente no mapa geográfico, todas aquelas ações de extensão vinculadas ao TFPS. Estes dados foram disponibilizados em planilha digital, pela PR-5, em maio de 2018. Neste primeiro momento procurou-se entender melhor sobre o programa e sua identidade.

Após este primeiro trabalho partimos para a planilha, também disponibilizada pela PR-5, aonde se encontravam listados todos os *Programas, Projetos e Cursos* registrados, que não se vincularam a nenhum dos PA's. Sendo assim, a próxima etapa foi nos dividirmos em duplas para sugerirmos (no máximo dois) Programas Articulados para cada ação não-vinculada.

Com isso, geramos novas planilhas encaminhadas às coordenações dos demais Programas Articulados (A, B, C, D, E, F ou G), promovendo então um intercâmbio de informações entre as equipes de trabalho de cada PA. Durante este processo, por sugestão das demais coordenações de PA, recebemos novas planilhas com as ações listadas a serem vinculadas ao PA TFPS.

Inicialmente, as 5.444 ações registradas no SIGProj estavam distribuídas em diferentes modalidades e situação de realização e se encontravam ou não vinculadas a cada um dos oito Programas Articulados institucionalizados. As informações contidas e cedidas nestas planilhas compartilhadas eram: *Título; Modalidade; Programa; Edital; Data de Início Previsto; Data de Término Previsto; Situação; Unidade Geral; Unidade de Origem; Coordenador; e-mail do Coordenador; Fone-Coordenador; Área Temática Principal, Área Temática Secundária; Objetivo.*

Do trabalho realizado pela PR-5, chegou-se ao número de 1948 ações ativas a serem organizadas, categorizadas e contatadas. A partir desse conjunto, foram feitas seleções no sentido de “limpar” a base de dados, para que a mesma concentrasse apenas ações vinculadas aos Programas Articulados em andamento, considerando as modalidades de cursos e projetos, descartando-se assim, os eventos registrados (que são ações pontuais e de característica descontínua).

Seguem abaixo descritas todas as seis (6) etapas de seleção, até chegar ao





número total de **862** Cursos e Projetos vinculados aos PA's:

1). Foram retiradas **2029** ações, das 5.444 iniciais, nas situações: *ARQUIVADA; NÃO RECOMENDADA; NÃO REALIZADA; A REFORMULAR; CADASTRADA NÃO ENQUADRADA; SUBSTITUÍDA; CANCELADA*. **5.444 – 2029 =** Ficaram, então, **3415** ações.

2). Foram retiradas **359** ações de editais de outra natureza, que não de registro (PROEXT, INCLUIR, PROFAEX...). Assim, **3415 – 359 =** ficaram **3056** ações.

3). Dessas **3056** ações, foram retiradas aquelas *RECOMENDADAS*, mas *CANCELADAS (7)* ou *CONCLUÍDAS COM RELATÓRIO FINAL (1101)*, restando **1948** ações.

4). Das **1948** identificadas na etapa anterior, **560** não são vinculadas a qualquer programa e **287** estão vinculadas a outros programas, que não os articulados: **1948 – 560 – 287 = 1101** ações registradas vinculadas a programas articulados, assim distribuídas (Tabela 1):

MODALIDADE:	Nº DE AÇÕES:
PROJETOS	597
CURSOS	351
EVENTOS	153
Total	1101

Tabela 1: Ações identificadas vinculadas aos Programas Articulados.

5). Das **1101** ações, foram retirados os **153** eventos, resultando em uma base de dados de **948** ações.

6). Das **948** ações, **86** eram repetidas, que foram retiradas, resultando em uma base final com **862** ações: **577** projetos e **285** cursos (Tabela 2):

PROGRAMA ARTICULADO / MODALIDADE	CURSO	PROJETO	TOTAL
CONSTRUINDO CIDADES HUMANAS E SAUDÁVEIS: ARTICULAÇÃO CAMPO-CIDADE	19	100	119





CUIDANDO DA VIDA: METABOLISMO NATURAL E METABOLISMO SOCIAL	23	83	106
EDUCAÇÃO PÚBLICA, FORMAÇÃO PERMANENTE E EDUCAÇÃO POPULAR	160	218	378
EXPRESSÕES E LINGUAGENS: SABERES EM MOVIMENTO	30	96	126
INTERNACIONALISMO, IDENTIDADE E PRAZER	8	8	16
MEMÓRIA CULTURAL, SOCIAL E DA TERRA	10	42	52
TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS SOCIAIS	35	30	65
Total	285	577	862

Tabela 2: Cursos e Projetos identificados vinculados aos Programas Articulados.

Desta forma, conforme consta na Tabela 2 acima, partimos primeiramente para o estudo das 65 ações registradas no PA TFPS. Somou-se a isso, pesquisas nas páginas oficiais da web, quando havia, e no próprio SIGProj, que por vezes forneciam informações além daquelas contidas nas planilhas recebidas. Destas 65 ações, encaminhamos 21 ações para outros programas, reduzindo nosso total para 44 ações⁷;

Já o redirecionamento das ações que não estavam vinculadas a nenhum programa articulado, ocorreu da seguinte forma: das 381 ações, identificamos 36 ações que atuavam dentro da temática de TFPS. Além disso, existiam 172 ações vinculadas a programas institucionais, como o Núcleo de Solidariedade Técnica - SOLTEC, por exemplo. Das vinculadas a programas institucionais, identificamos 31 claramente alinhadas com o TFPS.

Por fim, buscamos assistir todas as apresentações da SIAC que se registraram como TFPS, e encontramos mais 11 ações. Destaca-se que essas ações não constavam em nossas bases, mas, submeteram seus resumos, vinculando-os ao PA Transformação das Forças Produtivas Sociais.

Somando $44 + 36 + 31 + 11 = 122$ projetos e cursos a serem estudados e

7 É importante destacar, que como muitos coordenadores não estavam informados com profundidade acerca dos programas articulados, e como este vínculo pontua na avaliação, muitas vezes a escolha tinha sido feita de forma aleatória, sendo possível observar claramente o deslocamento da ação para outro PA.





articulados.

A partir deste levantamento e redirecionamento das ações, a equipe TFPS gerou a sua própria listagem de ações, conferindo contatos dos coordenadores e completando a planilha, de acordo com os resultados de nossas pesquisas internas (ANEXO I).

3.2.2 Elaboração do formulário

Apesar das informações disponibilizadas pela PR5, a equipe do TFPS, após discussões, entendeu, que as mesmas ainda não eram suficientes para se conseguir um mapeamento satisfatório, que pudesse alcançar os objetivos propostos.

Dessa forma, a metodologia quantitativa apareceu como a solução mais adequada a esse obstáculo, dado seu alcance e objetividade, assim como a possibilidade de recortar apenas as informações necessárias.

Decidiu-se então pelo método de aplicação de questionário e, com auxílio de ferramenta de Formulário Online (Google) (ANEXO II), foi elaborado, em equipe, um formulário com o objetivo de sanar algumas deficiências de informações.

Após o recebimento das respostas deste formulário foi proposto um encontro presencial com os coordenadores para apresentação e debate em cima do diagnóstico gerado, que ocorreu em dois momentos descritos mais adiante.





04/JUN

14h - Abertura: Fernando Severo (LabIS/UFRJ)

14h10 - Mesa: Blockchains Sociais
Mediador: Celso Alvear (NIDES/UFRJ)

14h10 - Blockchain para Transparência: casos de uso do BNDES - José Nogueira (BNDES)

14h35 - O Projeto Cristal e a blockchain comunitária - Pablo Tutino (Waba Network)

15h - Criptomoedas sociais (Social Cryptocurrencies) - Eduardo...

Moedas Sociais (Social Cryptocurrencies) - Eduardo...

Mediador: ...

Projeto Ciência, Direito e Dispositivos Educacionais - CCMN/UFRJ



4. Resultados e análises

O formulário (ANEXO II) elaborado foi enviado, por e-mail, para os coordenadores das 122 ações de extensão e o número de retorno obtido foi de **31 respostas**.

As respostas coletadas e analisadas, portanto, correspondem ao seguinte grupo de ações:

AÇÃO DE EXTENSÃO	COORDENADOR
1. A extensão como ferramenta de popularização do universo da pesquisa experimental.	Kelse T Albuquerque
2. Boas Práticas de Laboratório e Segurança Química.	Joana D'Arc da Silva Trindade
3. Café Ergo.	Carolina Maria do Carmo Alonso
4. Campo Cidade: fortalecendo coletivos de trabalho da reforma agrária.	Felipe Addor
5. Capacitação Técnica em Métodos Laboratoriais de Patologia Clínica.	Maria Angelica Arpon Marandino Guimarães
6. Ciência, direito e dispositivos educacionais: modos de produção de mundos e subjetividades.	Arthur Arruda Leal Ferreira
7. Construindo Soluções.	Mauricio Aguilar Nepomuceno de Oliveira
8. Cultura de Feira: comida e sociedade.	Moacir Ribeiro Barreto Sobral
9. Curso: Introdução à atividade laboratorial.	Dennys Monteiro Girão
10. Diálogos Feministas e Práticas em Psicologia e Direito.	Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
11. Escritório de Planejamento Territorial e Gestão Pública - EPG.	Paulo Reis/Daniel Negreiros Conceição e outros
12. Formação em Direitos Humanos para o Atendimento ao Público.	Bárbara Zilli Haanwinckel
13. Formação em Finanças - Ênfase e Mercado de Capitais.	Manuel Alcino R. da Fonseca





AÇÃO DE EXTENSÃO	COORDENADOR
14. Fundamentos da Produção e Análise Sensorial de Cerveja.	Igor de Almeida Rodrigues
15. Gestão do Ciclo de Vida para Produção Sustentável.	Virgilio Jose MArtins Ferreira Filho
16. Gestão, Desenvolvimento e Inovação.	Eliane Ribeiro Pereira
17. GUTTA - Produção de Velas Artesanais com Óleo Reutilizado.	Renato Flórido Cameira
18. Inserção do Sujeito com Hanseníase no Mercado de Trabalho por Meio do Emprego Apoiado	Fátima Beatriz Maia
19. Laboratório de Estudos em atenção primária a Saúde: Interações dialógicas na saúde - Sobre encontros entre usuários, profissionais, estudantes e professores na atenção Primária a Saúde	Valéria Ferreira Romano
20. Letramento de Jovens e Adultos da COPPE	Solange Regina Gomes Bergamini
21. LibreOffice EaD	Emerson Luiz Florentino Borges
22. Noções de Gestão Documental, Transparência Pública e uso do Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC) e do Sistema Eletrônico de Informação (SEI)	Ana Maria de Almeida Ribeiro
23. Observatório de Publicidade Expandida	Patrícia Cecília Burrowes
24. Organização do Trabalho e Autogestão	Flávio Chedid Henriques
25. Potenciais produtivos em comunidades populares: Estudo Caso - A Comunidade dos Moradores do Morro Azul - Flamengo - Rio de Janeiro	Ary Vieira Barradas
26. Programa de Incubação de Empreendimentos Populares - Inovação Social dos Processos de Incubação de EES	Gonçalo Guimarães
27. Psicologia e Direitos da Infância	Hebe Signorini Gonçalves
28. Psicologia social, alteridade e intervenção	Cristal Moniz de Aragão
29. Surdos - UFRJ, a inclusão do Surdo através do conhecimento científico	Vivian Mary Barral Dodd Rumjanek
30. Tecnologias da Informação, Democracia e Movimentos Sociais (TIFS)	Celso Alexandre Souza de Alvear
31. Uso da Diplomacia Para Promoção de Saúde Bucal Através da Aliança Para Saúde Oral Sem Fronteiras	Sonia Groisman





Os dados coletados a partir dessas respostas foram analisados e diagnosticado quantitativamente, revelando algumas curiosidades sobre o TFPS e a relação desta extensão com a Universidade e fora dela.

A estrutura do formulário foi dividida em 4 seções:

1. Coordenador - consistia em coletar informações sobre o coordenador da ação, como formação e curso que atua, entendendo ser esta uma parte fundamental na compreensão do que é o projeto/curso.

2. Perfil da Ação de Extensão - aqui a pretensão era conhecer melhor a ação por meio de informações como local da sede e atuação, se possuía rede social ou site, previsão de duração, data de criação, situação (ativo, suspenso temporariamente ou concluído), público alvo e temática.

3. Equipe - nesta seção nosso objetivo era saber quem estava por trás da ação de extensão, então as perguntas eram sobre a quantidade de graduandos e pós-graduandos bolsistas e não-bolsistas, assim como o número de docentes e técnicos envolvidos.

4. Outros - o propósito desta seção era compreender como a ação se articula e com quem, perguntamos então sobre as parcerias (internas e externas à UFRJ) e também sobre a relação com o público e as produções.

4.1. Respostas do formulário

4.1.1. Formação dos coordenadores

Com relação à formação, a maioria dos coordenadores, 35,5% responderam ter formação nas áreas de Engenharia, 29% nas Ciências da Saúde, 12,9% em Psicologia e 22,6% em outras áreas como Administração, Comunicação, Serviço Social, Gestão, Pedagogia, Ciência da Informação.



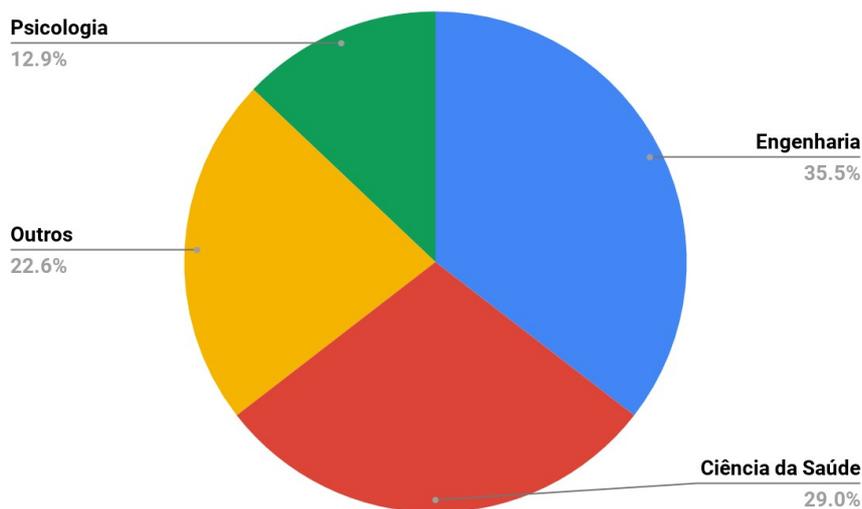


Gráfico 4 - Formação dos coordenadores.⁸

4.1.2. Distribuição por campus

Das ações vinculadas ao Programa Articulado Transformações das Forças Produtivas e Sociais, verificou-se que mais da metade, 61,3%, concentram-se na Cidade Universitária/ Fundão, 29% estão na Praia Vermelha e apenas 9,7% no campus de Macaé. Esse dado, portanto, está em total coerência com a formação dos coordenadores.

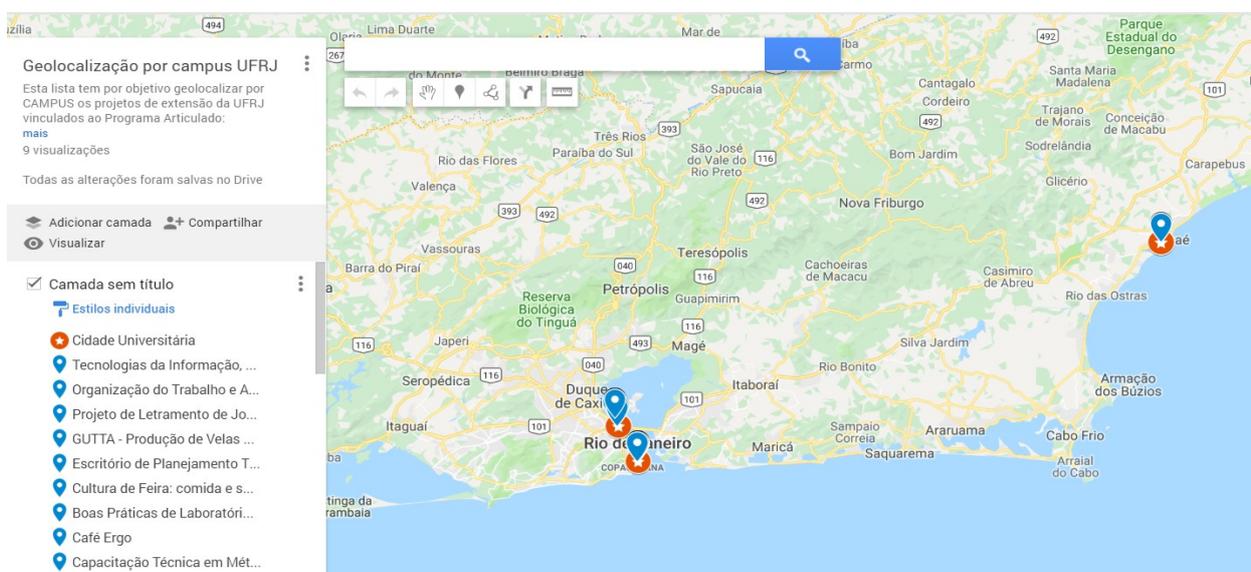


Figura 2 - mapa de geolocalização das ações TFPS por Campus Universitário

8 Outros refere-se a: Administração, Comunicação, Serviço Social, Gestão, Pedagogia, Ciência da Informação



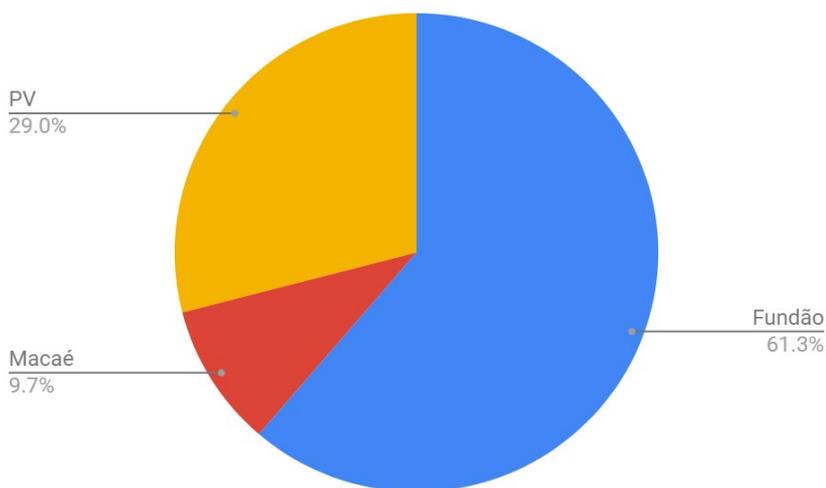


Gráfico 5 - Distribuição das ações TFPs por Campus Universitário.

4.1.3. Distribuição por centro

Sobre a distribuição das ações por Centro, identificou-se que o Centro de Ciências da Saúde (CCS) e o Centro de Tecnologia (CT), ambos no Fundão, aparecem com 10 e 7 ações respectivamente. O Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) com 6, enquanto o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e Macaé apresentam menos de 5 ações.

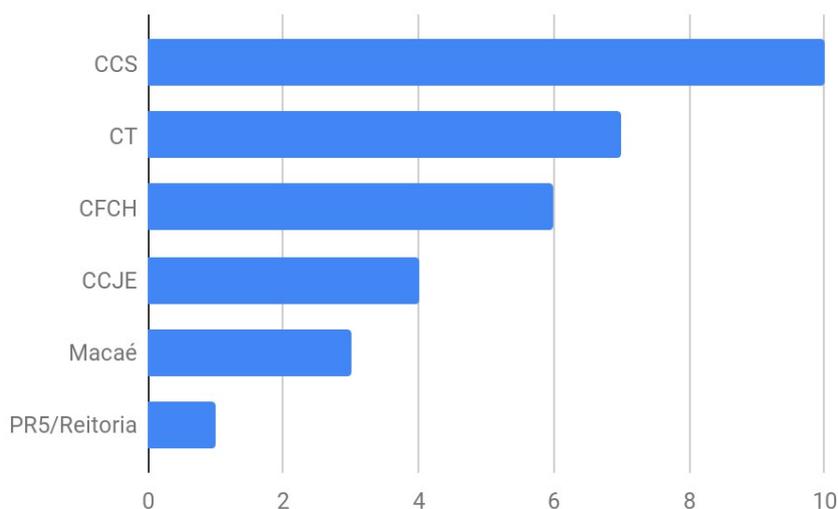


Gráfico 6 - distribuição das ações TFPs por Centro.





4.1.4. Distribuição das ações por unidade

Sobre a distribuição por Unidade, as ações se concentram principalmente no Instituto de Psicologia (CFCH), na Faculdade de Medicina (CCS), no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (CT), na COPPE (CT) e na faculdade de Administração e Ciências Contábeis (CCJE).

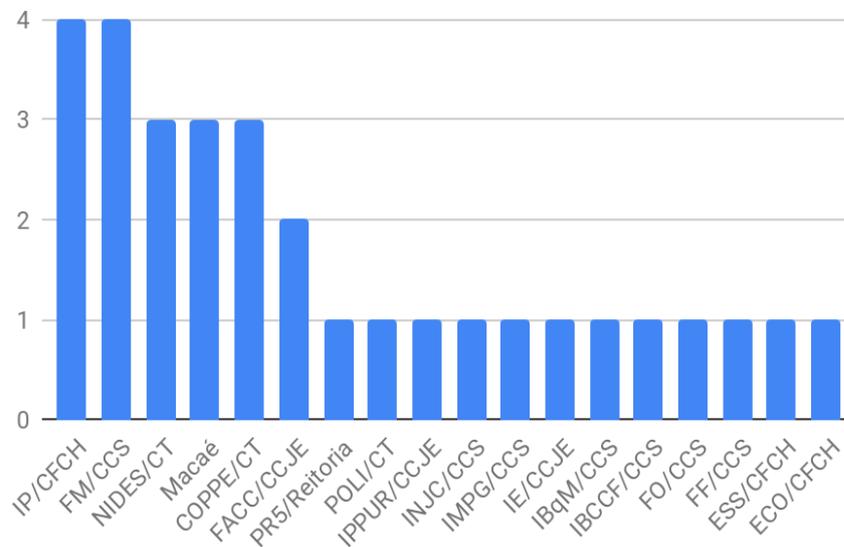


Gráfico 7 - Distribuição das ações TFPS por Unidade

4.1.4. Datas de criação

Sobre as datas de criação das ações, observamos que a ação mais antiga foi registrada em 1995. O segundo registro aconteceu apenas 10 anos depois, em 2005 e o terceiro aparece depois em 2008. O crescimento contínuo das ações, no entanto, só aconteceu a partir de 2014, apresentando um ápice em 2017, com andamento das reformas curriculares que incluíram os requisitos curriculares suplementares (RCS).



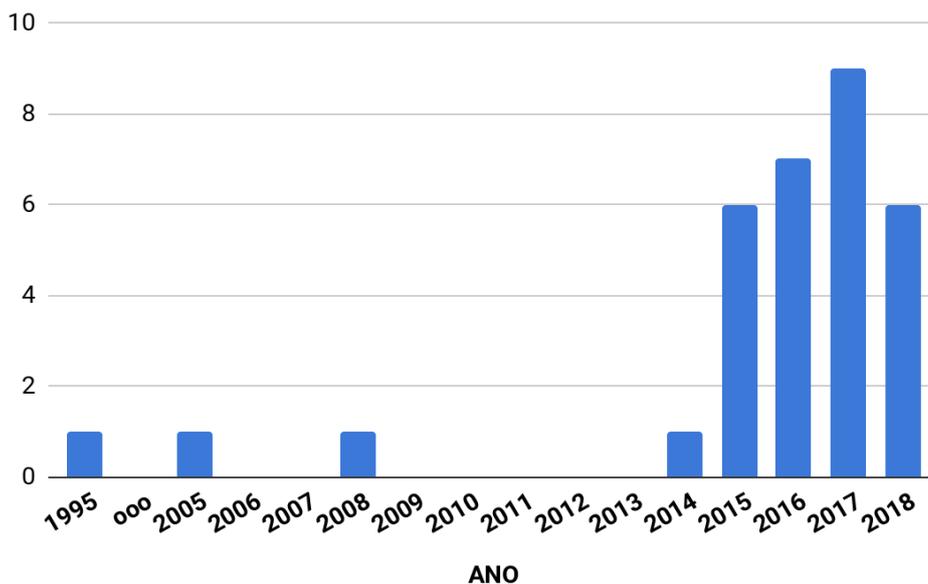


Gráfico 8 - Datas de criação das ações

4.1.5. Previsão de duração

A grande maioria das ações apresentaram planejamentos para mais de 3 anos de atuação em campo. Apenas 3 previam ações mais rápidas, com tempo médio de 1 ano.

Este dado nos mostra, entre outros pontos, o caráter de continuidade e comprometimento com o campo, distanciando as ações de um mero assistencialismo, para aproximá-las de um trabalho de assessoria, que possa gerar a produção de conhecimento dialógico.

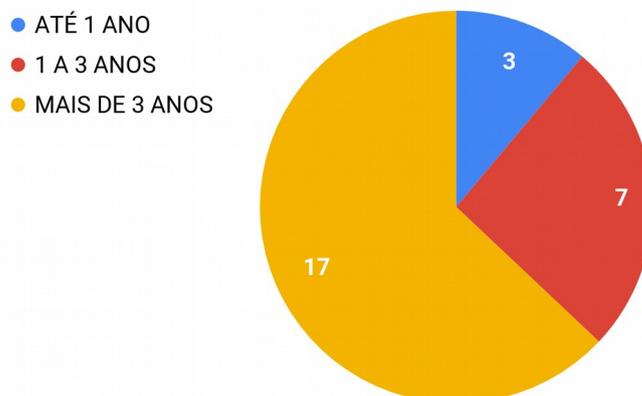


Gráfico 9 - Previsão de duração das ações





4.1.6. Público alvo

Com relação ao público, 18,8% afirmaram ter como principal alvo os gestores públicos, 15,6% focam nos estudantes de escolas públicas e 12,5% no público interno da Universidade. (ANEXO III).

Especificamente sobre o público interno e destaca-se, considerando os trabalhadores terceirizados como público externo, levanta-se aqui a questão das diretrizes de interação dialógica e também do impacto nas transformações sociais. O público alvo de uma ação de extensão deve ser a sociedade e não o público interno da universidade.

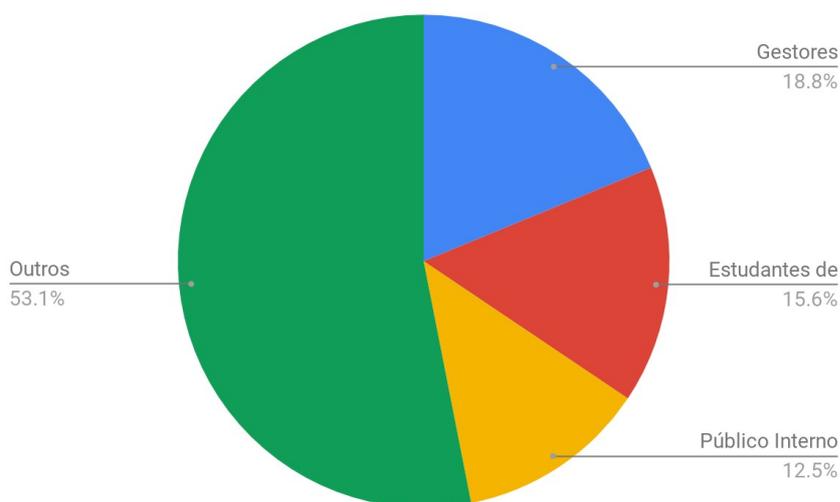


Gráfico 10 – Principal público-alvo das ações

4.1.7. Temáticas

Das temáticas relatadas, 34,1% tratam de Gestão e Empreendedorismo, 22% falam sobre Saúde e Psicologia, 17,1% abordam temas ligados a Educação, 12,2% focam na promoção de acessibilidade, 7,3% em Direitos Humanos e 7,3% na área ligada à Informática.



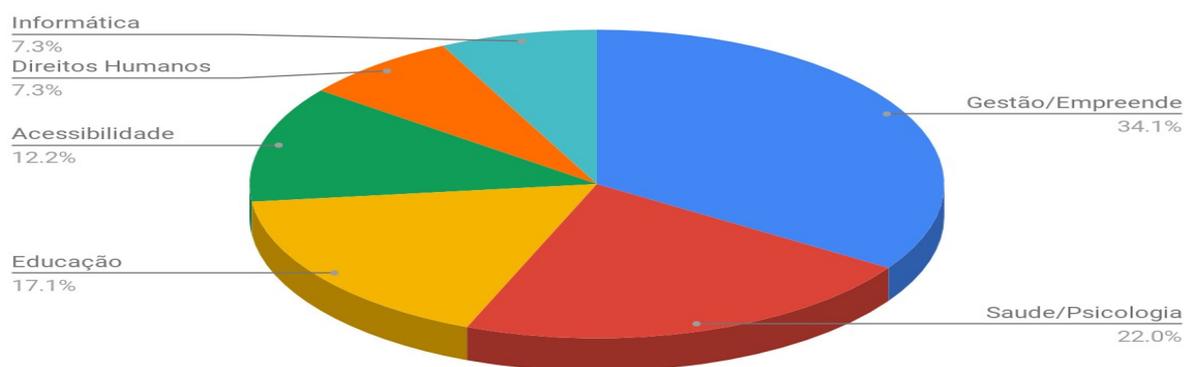


Gráfico 11 - Temáticas das ações

4.1.8. Extensionistas graduandos

A participação dos estudantes graduandos sem bolsas se mostra bastante superior à participação dos alunos com bolsa. Mais da metade das ações relataram que possuem até 5 graduandos sem bolsa em atividade, sendo que 29% relatou ter em média o dobro desse número atuando também sem bolsa.

Acreditamos que devido ao corte orçamentário na educação, ao crescimento das atividades de extensão e a obrigatoriedade dos alunos atuarem em extensão de forma curricular, há uma tendência dessa proporção entre alunos não bolsistas sobre alunos bolsistas aumentar ainda mais.

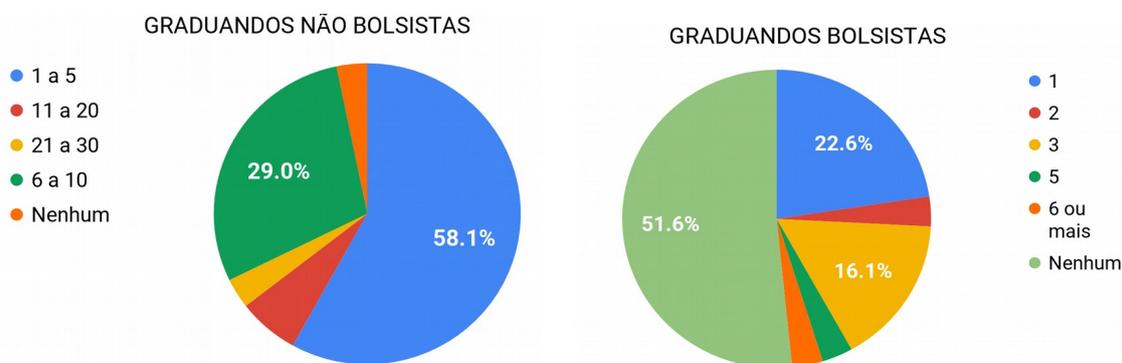


Gráfico 12 - extensionistas graduandos





4.1.9. Extensionistas pós-graduandos

A presença de pós-graduandos nas ações se mostrou bastante inexpressiva. Quase 90% das ações relataram não ter nenhum pós-graduando com bolsa em atuação e mais de 60% afirmaram não ter pós-graduandos atuando em seus projetos.

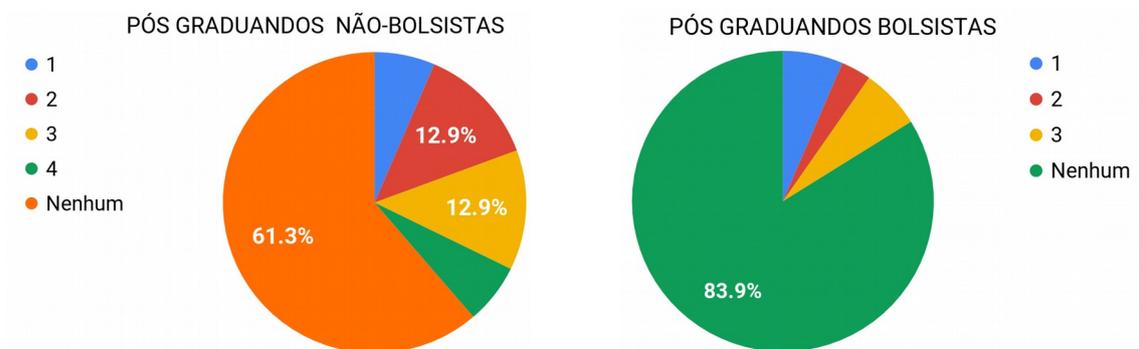


Gráfico 13 - Extensionistas pós-graduação

4.1.10. Docentes e servidores

Os gráficos seguintes apontam que 41,9% das ações não envolvem técnicos administrativos, sendo que menos de 10% delas concentram 5 ou mais técnicos. Com relação aos docentes, esse número se inverte no sentido de que menos de 10% das ações de extensão demonstraram não possuir nenhum docente vinculado e 29% possuem vínculo com pelo menos 1 docente.

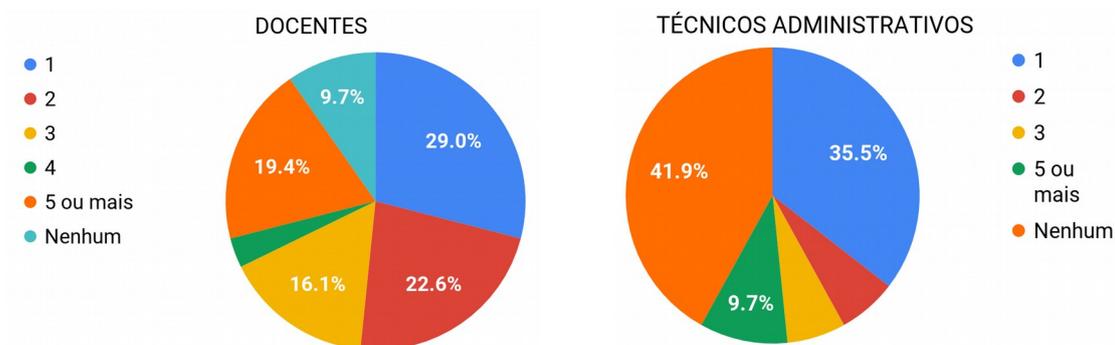


Gráfico 14 - servidores envolvidos





4.1.11. Relação com o público

Depois de separar as análises por tipo de ação, ou seja, em cursos e projetos, chegamos a conclusão de que a esmagadora maioria dos cursos focam em capacitação profissional. Assessoria e formação também foram pontuados, mas, por apenas 1 deles.

Já os projetos, focam em uma relação mais contínua e prolongada, ligada a assessoria técnica, assim como a algum tipo de formação (social/cidadã), diagnósticos (mapeamento, pesquisas, levantamentos) e capacitação. Apenas 5 projetos assumiram um caráter de prestação de serviço.

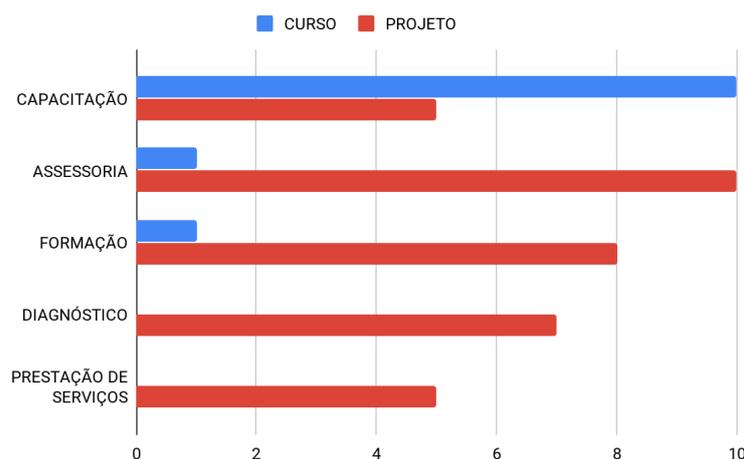


Gráfico 15 - Relação com o público

4.1.12. Produção

Especificamente sobre produtos, o diagnóstico foi o de que 36,4% das ações produzem algum tipo de oficina, 24,2% foca na produção de impressos e 15% em recursos audiovisuais. Menos de 10% das ações analisadas relataram não gerar qualquer produção em seus projetos e cursos.



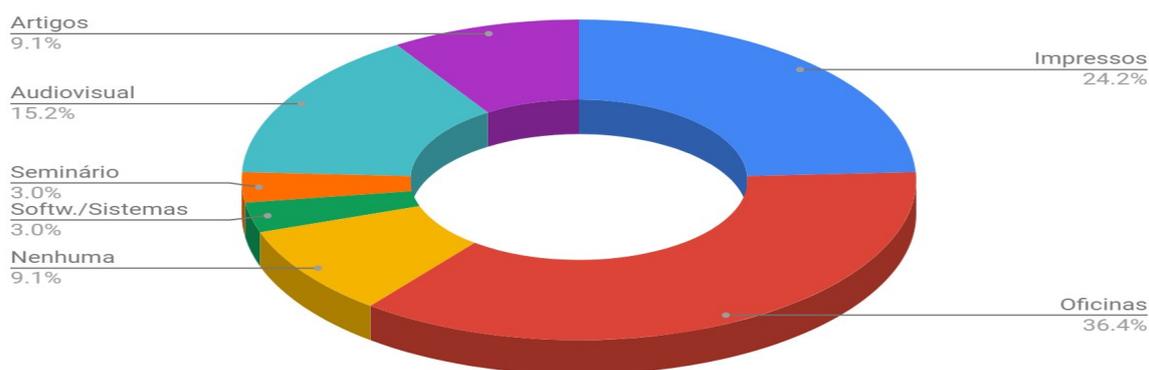


Gráfico 16 - Produção da ações

4.1.13. Parcerias

Sobre as parcerias internas e externas, 56,25% das ações relataram ter algum tipo de parceiro dentro da Universidade, parcerias internas, e 62,5% afirmou ter redes de parceiros externos (ANEXO IV).

4.1.14. Divulgação

Por fim, apenas 40,63% possuem site ou rede social, o que pode ser um fator que dificulta a visibilidade e consequentemente aumento de parcerias.

4.2. Elementos gerais da análise

Alguns elementos gerais acerca das ações foram compreendidos nesta análise. Um deles foi a alta concentração de ações nas áreas de engenharia e saúde e também um baixo índice de parcerias.

Também foi visto que a maior parte das ações surgiu a partir de 2015, com pico em 2017 e que metade das ações têm perspectivas de longo prazo.

Outro ponto observado foi a diferença do tipo de relação que se tinha com o público quando a ação era um projeto ou um curso. Um projeto, por ser de mais longa duração, se enquadra mais nas áreas de assessoria, formação, diagnóstico e prestação





de serviços. Já um curso, por ser algo mais pontual, tem relação mais direta com a capacitação.

E, por fim, foi observada uma concentração territorial das ações no município do Rio de Janeiro, em especial, nas regiões próximas aos campus da UFRJ, enquanto no campus de Xerém, não há nenhuma ação.

4.3. Reuniões com os membros dos projetos

A equipe responsável pelo Programa Articulado Transformação das Forças Produtivas Sociais convidou os coordenadores e representantes das ações de extensão, que fazem parte dessa linha temática, para duas reuniões.

O objetivo foi apresentar o diagnóstico realizado a partir da pesquisa feita com as 31 respostas obtidas via formulário eletrônico, enviada às 122 ações vinculadas ao Programa Articulado, no final de 2018 (ANEXO V).

Estavam presentes na primeira reunião, realizada no dia 15/04/2019, de 09 às 12h, na sala da decania do Centro de Tecnologia, seis representantes de projetos ou cursos de extensão, são eles: Vivian Rumjanek, Ricardo Corrêa, Paulo Ricardo, Yan Tavares, Maria Angélica e Bárbara Zilli.

Na segunda reunião, realizada no dia 25/04/2019, de 18 às 21h, na sala da decania do CFCH, estavam presentes onze representantes. São eles: Ary Barradas, Flávio Chedid, Igor Rodrigues, Arthur Ferreira, Celso Alvear, Solange Bergamini, Eric Lima, Ana Maria Ribeiro, Virgílio Martins, Hebe Gonçalves, Dejair De Pontes.

A intenção era, além de divulgar os dados obtidos, propiciar um encontro entre as ações de extensão, fazendo com que os seus coordenadores conhecessem e trocassem experiências, assim como promover um canal de comunicação entre eles e a equipe TFPS.

Em um primeiro momento foram apresentados os porquês da existência do projeto, os objetivos dessa ação de articulação, a equipe responsável pela pesquisa do diagnóstico, as definições e diretrizes da extensão assim como seu histórico no mundo, no Brasil e especificamente na UFRJ.





Posteriormente foram apresentados os dados obtidos com a pesquisa, mostrando as principais características do programa TFPS, como as temáticas mais recorrentes, a distribuição por campo, o público alvo, o número de extensionistas graduandos e pós-graduandos assim como os docentes e técnicos envolvidos, a relação com o público, as produções, entre outros.

Na segunda parte da reunião, a proposta foi abrir o debate para que todos pudessem apresentar suas ações, comentários e discutir coletivamente como entendemos esse guarda-chuva temático e suas especificidades.

A recepção dos coordenadores foi positiva. Um dos pontos levantados foi a dificuldade que estes tinham em relação a associação com os Programas Articulados uma vez que, segundo eles, os textos descritivos eram ambíguos e vagos.

Muitos também alegaram as complicações de preencher o SIGPROJ pela estrutura rígida do sistema. Uma questão levantada, foi a possibilidade de criação de subcategorias que pudesse facilitar a articulação entre ações de extensão, mas foi alertado para o risco dessa medida limitar demais.

Uma das sugestões foi uma possível eleição para o coordenador dos Programas Articulados, feita pelas próprias ações, como maneira de dar autonomia e poder de escolha aos coordenadores de ações de extensão.

Como encaminhamento principal tivemos a realização de uma reunião unificada com os todos os coordenadores do programa.

4.3.1. As seis Ações de Extensão representadas na primeira reunião.

A. FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA O ATENDIMENTO AO PÚBLICO DHAP-EAD

Coordenação e representante: Bárbara Zilli Haanwinckel

- Divisão da PR5 que articulava com a comunidade através de ações de extensão; Demanda do corpo interno e externo de capacitação na área;
- Coordenadores na área de Pedagogia, Serviço Social, Adm;
- Cursos sobre Direitos Humanos, Raça e Gênero;
- EAD e encontros presenciais.





B. PROJETO SURDOS-UFRJ A INCLUSÃO DO SURDO ATRAVÉS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Coordenação e Representante: Vivian Mary Barral Dodd Rumjanek

- Cursos para capacitação de Surdos;
- Criação de um glossário científico e produção audiovisual;
- 1 semana de cursos de imersão na área de biociência.

C. ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E GESTÃO PÚBLICA (EPG): AÇÃO PARA FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA

Coordenação: Pedro de Novais Lima Junior

Representante: Paulo Ricardo

- 6 ações de extensão;
- Objetivo: aproximação dos alunos com a gestão municipal;
- Oficinas de gestão para secretários e funcionários públicos;
- Parceria com o Fórum de Economia Solidária;
- Sem bolsa.

D. PROJETO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM MÉTODOS LABORATORIAIS DE PATOLOGIA CLÍNICA

Coordenação e Representante: Maria Angélica Guimarães

- Objetivo: contato com a tecnologia em patologia clínica;
- Público: profissionais que atuam em áreas públicas;
- Curso teórico prático.

E. GUTTA

Coordenação: Enactus + Líder Gutta – Luciana Paz

Representante: Membro Gutta - Yan Tavares de Araújo

- O Projeto é uma parceira da Enactus UFRJ com a Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial da UFRJ;
- Empreendedorismo social - estruturação de uma marca de produtos artesanais e sustentáveis para moradores dentro da comunidade;
- Busca de soluções para a vila residencial/ Fundão;





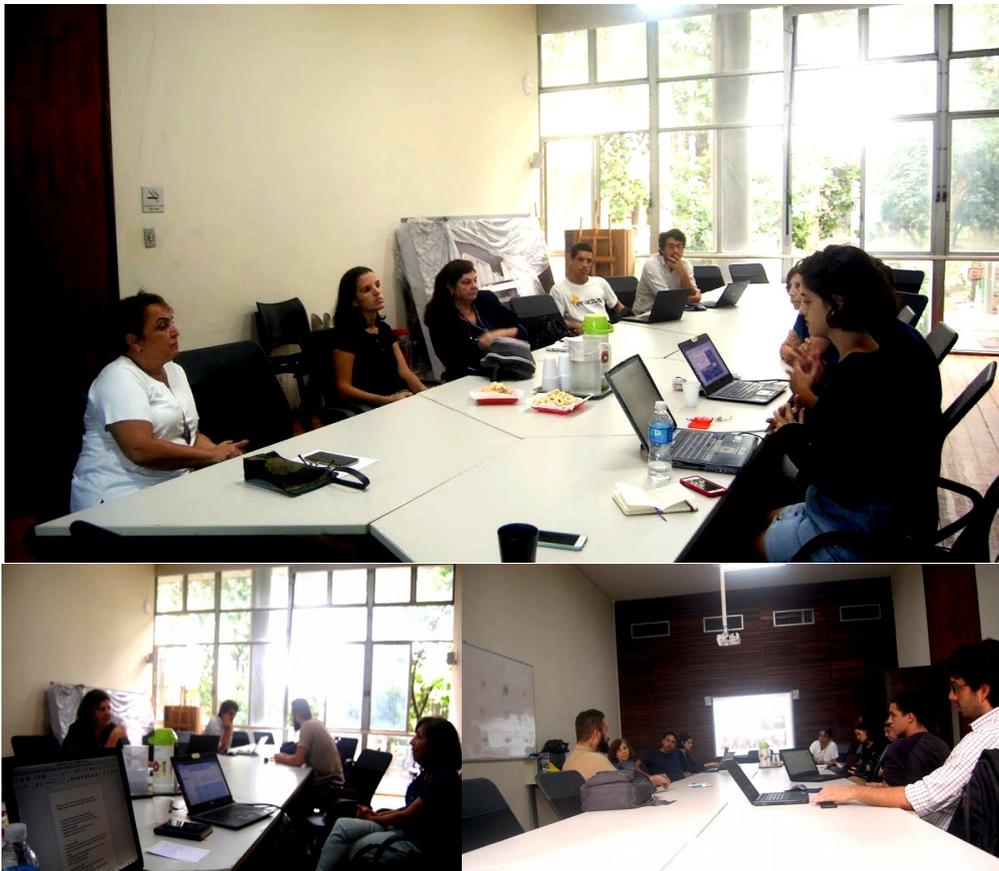
- Trabalho com óleo para geração de renda – autonomia para as mulheres;
- Fabricação e venda de velas artesanais, através da reutilização óleo de cozinha que seria descartado de forma irregular nas redes de esgoto da comunidade.

F. INCLUSÃO DO SUJEITOS COM HANSENÍASE: EMPREGO APOIADO E TECNOLOGIA SOCIAL⁹

Coordenação: Fátima Beatriz Maia – Docente

Representante: Ricardo Correia

- Acompanhamento dos sujeitos com hanseníase no mercado de trabalho;
- Diversos eixos de ação;
- Articulações com movimentos sociais e instituições locais;
- Ferramenta: políticas públicas.



FOTOS DA 1ª REUNIÃO - DECANIA DO CT

9 Durante a apresentação, falou-se também do programa “Saberes e ocupações tradicionais no quilombo do grotão”, que foi avaliado no PROFAEX2019 dentro do TFPS.





4.3.2. As dez Ações de Extensão representadas na segunda reunião

A. PROJETO DE LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS DA COPPE/UFRJ

Coordenação e Representante: Solange Regina Bergamini

- Projeto de alfabetização inicialmente realizado para servidores da UFRJ, mas hoje é aberto aos terceirizados, moradores da Vila Residencial e do Complexo da Maré;
- Existe há 13 anos (desde 2005), e segundo a coordenadora, apresenta bons resultados e melhorias nas vidas das pessoas;
- A cada turma formada é gerado um impresso, sendo três exemplares destes apresentados em reunião e um deles presenteado à equipe TFPS;
- Local: CT.

B. CURSO DE NOÇÕES DE GESTÃO DOCUMENTAL, TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E USO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (E-SIC) E DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI)

Coordenação e Representante: Ana Maria de Almeida Ribeiro.

- Cursos de transparência pública, atividades voltadas ao servidor público de diversas instituições, além da UFRJ;
- A coordenadora apresentou a importância do curso para uma universidade mais justa e transparente através de uma gestão e aprendizagem plena do uso do sistema, e apontou a dificuldade que é atualmente com a desinformação geral dos funcionários em relação ao sistema;
- Carga horária: 150h / 90h.

C. FUNDAMENTOS DA PRODUÇÃO E ANÁLISE SENSORIAL DE CERVEJA

Coordenação e Representante: Igor de Almeida

- Curso que procura unir as noções básicas de produção de cerveja com alimentação, saúde, compostos ativos e efeitos fisiológicos, e tem origem em um projeto de pós-graduação do coordenador, que acabou virando um curso de extensão;
- As disciplinas contam com a colaboração de seis docentes de diversos campos de especialidades, como nutrição e bromatologia, e um Mestre cervejeiro, que dá as palestras;





- Faz parceria com microcervejarias e realiza visitas a campo, procurando aperfeiçoar os conhecimentos sobre controle de qualidade;
- Horários: sábados o dia inteiro;
- Local: CCS;
- Vagas: 10 vagas para extensionistas + 2 vagas para alunos da UFRJ;
- Inscrições: Agosto;
- Início das aulas: Novembro.

D. PSICOLOGIA E DIREITOS DA INFÂNCIA

Coordenação e Representante: Hebe Signorini

- Presta assessoria à equipe de profissionais da Vara da Infância e da Juventude do RJ e atendimento às demandas que a população e famílias que são levadas à Vara;
- Dificuldade em localizar o projeto em um lugar específico, pois são feitos atendimentos também em centros de acolhimento da prefeitura e outros locais que fazem parte da rede de apoio.

E. GESTÃO DO CICLO DE VIDA PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Coordenação: Virgílio José Martins

Representantes: Dejair De Pontes Souza e Virgilio Jose Martins Ferreira Filho

- Voltado em maior parte para alunos de engenharia da UFRJ e algumas empresas como Petrobras, Anac Embraer;
- Objetivo: o conceito do pensamento do ciclo de vida e sua avaliação segundo a norma ISO 14040, da extração ao destino final;
- Noção crítica do ciclo de vida de um produto e seu processo produtivo.

F. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E AUTOGESTÃO – OTA

Coordenação e Representante: Flávio Chedid

- O projeto Organização do Trabalho e Autogestão – OTA, do Programa de Solidariedade Técnica (Soltec/NIDES/UFRJ), tem hoje como um de seus objetivos, potencializar a dinâmica produtiva na ocupação Solano Trindade. Esse seria o resultado de um processo de assessoria técnica e formação, que envolve atores universitários e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), desde 2014;
- Além disso, tem como objetivo desenvolver métodos de formação e assessoria que integrem esse espaço ao território, além de facilitar a prática da autogestão nas atividades





produtivas e nas relações estabelecidas para o convívio dos moradores;

- No último ano, o projeto apoiou as duas frentes principais de trabalho coletivo na ocupação: o coletivo de mulheres da cozinha e a equipe de obra, tendo no segundo semestre se concentrado em aprimorar os projetos de engenharia de requalificação das construções existentes;
- Cerca de 10 alunos de engenharia civil e arquitetura se mobilizaram em encontros semanais de formação nos softwares Revit e Autocad para a elaboração dos projetos;
- Em 2019, o foco das ações se concentra na requalificação do edifício que será transformado em doze unidades habitacionais, em ações de suporte para atividades de geração de trabalho e renda e educação ambiental.

G. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS - TIFS

Coordenação e Representante: Celso Alvear

- O projeto TIFS, que faz parte do programa Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/NIDES/UFRJ), desenvolveu o Sistema Integrado de Comercialização para Produtos da Agricultura Familiar (SIPAF);
- A proposta do trabalho é, sob esse contexto, desenvolver sistemas de apoio às feiras de comercialização de produtos da agricultura familiar. Para isso, iniciaram um diálogo com a feira Terra Crioula (<https://www.facebook.com/TerraCrioulaMST/>), que acontece quinzenalmente, na Lapa - Rio de Janeiro;
- Ao longo do segundo semestre de 2018, a equipe acompanhou as feiras, onde eram entregues as cestas que tinham sido encomendadas pelos clientes. Durante esse período debateram com os responsáveis da feira e os agricultores como seria esse sistema. No fim do ano desenvolveram o site <http://cesta.repos.net.br>, no qual os clientes interessados se cadastram e podem comprar os produtos que desejarem.

H. POTENCIAIS PRODUTIVOS EM COMUNIDADES POPULARES: ESTUDO CASO – A COMUNIDADE DOS MORADORES DO MORRO AZUL – FLAMENGO – RIO DE JANEIRO”

Coordenação e Representante: Ary Vieira Barradas

- O projeto nasceu com o intuito de auxiliar a comunidade a produzir ou levantar dados coletivamente, a partir de uma ou mais atividades selecionadas por eles. Ary contou a experiência, relatando a dificuldade em encontrar apoio da universidade para o projeto, assim como a falta de aderência do público alvo, o que impossibilitou a execução.





I. CIÊNCIA, DIREITO E DISPOSITIVOS EDUCACIONAIS: MODOS DE PRODUÇÃO DE MUNDOS E SUBJETIVIDADES

Coordenação e Representante: Arthur Arruda

- No campo da psicologia, história das ciências e epistemologia, o projeto tem como metodologia a leitura de prontuários e a proposta de coletar os relatos a partir da perspectiva deles sobre os hospitais psiquiátricos.
- Trabalhando a história oral, para assim, poder refletir e questionar sobre a questão da reforma atual psiquiátrica.

J. PSICOLOGIA E JUSTIÇA: CONSTRUÇÃO DE OUTROS PROCESSOS

Coordenação: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Representante: Eric Lima

- 'Projeto Maré: Escritório da Cidadania', da área do Direito (principal projeto do Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania -NIAC, se encontra pausado atualmente), 'Os Direitos da Cidadania e Promoção do Acesso à Justiça', da área do Serviço Social e o projeto 'Psicologia e Justiça: construção de outros processos", da área da Psicologia;
- O projeto basicamente procura dar atendimento jurídico para a população, realizando uma administração de conflitos, funcionando assim, como uma alternativa à Defensoria Pública;
- Atuação em 5 locais: Maré; CRM; CRP; Fórum Permanente do Sistema Penitenciário e Vara da Criança e do Adolescente;
- Palavras-chave: Políticas públicas, violência e psicologia.



FOTOS DA 2ª REUNIÃO - DECANIA DO CFCH





FOTOS DA 2ª REUNIÃO - DECANIA DO CFCH

4.4. Perguntas finais enviadas aos projetos

Ao final das reuniões, foram feitos alguns questionamentos para fomentar o debate, com base nos resultados encontrados após a aplicação do questionário enviado aos coordenadores. Devido o curto tempo disponível e a discussão de diversas outras questões relevantes, não foi possível aprofundar todas as questões propostas. Por tal motivo, as perguntas foram enviadas posteriormente por e-mail. As questões encontram-se elencadas a seguir:

1. Por que escolheu colocar sua ação dentro do Programa Articulado Transformação das Forças Produtivas Sociais (TFPS)? O que fez você se identificar com o TFPS? Em algum momento você registrou essa mesma ação em outro Programa Articulado (no RUA, em outros PROFAEX, no SIAC)?
2. Caso sua ação tenha a participação de muitos docentes e/ou técnicos, como acontece a atuação de cada um? Todos participam de tudo, ou se dividem por ações ou em determinados momentos?
3. Qual a sua opinião sobre o baixo envolvimento dos pós-graduandos na extensão? Como mudar isso?
4. As temáticas apresentadas (Gestão/Empreendedorismo; Saúde/Psicologia; Educação; Informática; Acessibilidade; Direitos Humanos) facilitariam uma categorização dentro do programa?
5. Você coordena outra (s) ação (ões) de extensão, que esteja (m) em outro Programa Articulado? Qual (is)?
6. Que tipo de material (oficinas, cartilhas, folder etc.) a ação pode oferecer para divulgação científica em eventos da UFRJ (como o "Conhecendo UFRJ", "UFRJ na praça", etc.)?





7. Como é feita a divulgação das ações?
8. Como se dá a interdisciplinaridade nas ações?
9. Coloque aqui suas sugestões para articular as ações do programa TFPS:

4.4.1. Análise das respostas recebidas

Houve um total de 11 respostas, o que a equipe considerou um bom número já que apenas 17 representantes das ações, estiveram nas reuniões presenciais.

A maior parte das ações foi registrada no TFPS, havendo identificação com os seus princípios e não havendo vinculação a outro programa, nos anos anteriores. Também foi relatada uma certa dificuldade de se localizar no primeiro ano de registro das ações e um grupo registrou-se inicialmente em outro programa articulado, mas possivelmente por algum erro de preenchimento ou porque em nossas análises eles se encaixariam mais no TFPS, foram remanejados.

Boa parte das ações possuem atuação tanto de técnicos como de docentes, em algumas delas há uma divisão similar de tarefas enquanto, em outras, os docentes estão mais presentes em reuniões de planejamento.

Quanto ao baixo envolvimento de pós-graduandos nas ações de extensão, alguns grupos relataram a participação pós-graduandos, embora entendam que haja alguns empecilhos para que este envolvimento seja maior. As principais razões reportadas são a dedicação intensa que os alunos têm que dispensar às matérias e à sua pesquisa e também ao oferecimento de bolsas de extensão direcionada a eles. Algumas sugestões dadas para aumentar essa participação foram: criação de disciplinas de extensão vinculadas aos Programas de Pós-Graduação, podendo tornar obrigatória uma determinada carga horária de extensão, como já acontece na graduação; concepção dos projetos de mestrado e doutorado já com viés da extensão e, quando possível, vinculados a projetos em andamento; maior articulação entre os diretores de extensão de cada unidade e os coordenadores dos programas de pós-graduação.

Sobre uma nova divisão com as temáticas Gestão/Empreendedorismo, Saúde/Psicologia, Educação, Informática, Acessibilidade e Direitos Humanos, quase





todos acharam que facilitaria a categorização dentro do programa. Apesar disso, houve sugestões de modificações nas categorias, como tornar uma “Justiça e Direitos Humanos” e trocar “Gestão/Empreendedorismo” para “Qualificação/Capacitação”. Teve também quem dissesse que não acha a divisão por setores a mais adequada.

A maioria dos coordenadores não coordenam outras ações que estejam em outro Programa Articulado.

Acerca de materiais para divulgação científica que a ação poderia oferecer para eventos da UFRJ, algumas não possuem nenhum e várias poderiam oferecer oficinas ou palestras educativas. Além disso, foi citada também a utilização de vídeos, cartazes e folders. O grupo mais preparado nesse sentido possui um viés bem educativo e, além dos materiais já citados, também tem revistas e livros ilustrados, manuais e DVDs para disponibilizar em ações do tipo.

A divulgação das ações é bem diversa. O meio mais popular é o das redes sociais, mas e-mail e site também são bastante utilizados. Há também a divulgação por meio de cartazes e folders, além de meios mais científicos como seminários, apresentações de pôsteres e publicação de artigos.

Em relação à interdisciplinaridade das ações, em sua maioria, se dá pela participação de pessoas de áreas diversas do conhecimento. Para alguns, é condição inerente à atuação no campo e, para outros, as ferramentas que a promovem podem ser grupos de estudos, fóruns de debate e apresentação de casos.

Foram dadas diversas sugestões para articulações do programa TFPS. Uma das mais populares foi a de reuniões periódicas entre coordenadores de diferentes ações, alguns dos objetivos a se alcançar com essas reuniões seriam: conhecer outras ações e promover interações, trocas metodológicas sobre os projetos e materiais produzidos, organização coletiva de atos (como o da UFRJ na praça) ou ações que envolvam diferentes projetos, cursos ou eventos de extensão da UFRJ com um mesmo objetivo. Também foi sugerida uma maior divulgação para alunos de graduação, empresas e comunidades, talvez por meio de algum evento de extensão que exponha as ações que compõem o programa articulado. Além disso, houve duas sugestões envolvendo território: uma de identificação de territórios em comum para fortalecimento da troca e a





outra, mais audaciosa, da criação de um território estratégico, com apoio administrativo, logístico e de recursos para estimular que diferentes projetos/cursos atuem lá juntos.

4.5. Considerações Finais das reuniões realizadas.

Ao levar em consideração os pontos levantados pelos representantes das ações de extensão, nas reuniões realizadas, para essas considerações finais, temos que:

Muitos representantes apresentaram dúvidas sobre o que seria extensão na prática, críticas e dúvidas sobre o preenchimento do SIGPROJ e dificuldades ainda maiores para entender os textos com as descrições dos Programas Articulados.

Acredita-se que esse último fato leve muitas ações a se inscreverem no Programa "Educação pública, formação permanente e educação popular", uma vez que todas as ações de alguma forma, se entendem ligadas à Educação. Foi proposta, então, a criação de subcategorias temáticas/ palavras chaves, dentro do Programa Articulado, com o intuito de facilitar interseções entre ações de extensão.

Sobre a falta de recursos, as dificuldades enfrentadas foram compartilhadas por todos. Foi mencionado desde a falta de engajamento ao abandono involuntário dos extensionistas sem bolsa, inviabilizados de atuar no campo por questões financeiras. Quanto a falta da participação de pós-graduandos, muitos coordenadores mencionaram o fato da bolsa de um pós-graduando equivaler a três bolsas de graduação.

Uma crítica geral foi apontada ao mapa de atuação, dizendo que ele não traduz exatamente a área de abrangência das ações, visto que muitos delas são itinerantes, além do que, cada local específico reúne, muitas vezes, pessoas de muitos outros locais, o que não reduz o projeto àquele ponto específico. Também levantaram o fato disso acabar prejudicando a avaliação e a pontuação na hora de concorrer às bolsas.

Também foi criticada a ausência de um Conselho de Extensão, para que a prática de extensão possa ganhar relevância assim como uma disciplina. Um conselho com suas próprias normas institucionalizadas. Felizmente, após a resposta dessas perguntas foi finalmente criado o Conselho de Extensão da UFRJ, no dia 30 de maio de 2019¹⁰.

¹⁰ <https://ufrj.br/noticia/2019/06/06/ufrj-cria-conselho-de-extensao-universitaria>





Por outro lado, uma autocrítica foi realizada e entendeu-se ser necessária uma maior articulação entre os projetos, para poderem então intervir mais nas decisões e também em editais.

Neste sentido também foram propostas novas reuniões, para que se estabeleça um contato mais próximo com toda equipe e que haja uma eleição para a coordenação do Programa Articulado Transformações das Forças Produtivas Sociais, para seguir e ampliar o trabalho que foi feito nesse primeiro ano.





**Projeto TIFS – Jornada Universitária
da Reforma Agrária (JURA),
Centro de Tecnologia da UFRJ**



5. Conclusão

Como conclusão do trabalho, após um ano de pesquisa, aponta-se a importância dos Programas Articulados continuarem como política da PR5. Esse primeiro ano foi só um mapeamento inicial, no qual os projetos começaram a se conhecer, e toda as ações defenderam a importância de aprofundar esse trabalho. A proposta para dar continuidade ao processo é a de se estabelecer uma maior conexão entre os projetos e cursos já contatados e envolvidos, realizando reuniões bimestrais, para então se pensar possíveis integrações e ações conjuntas de articulações, além de formas de contribuir para uma política comum dos Programas Articulados. Além disso, os coordenadores também defenderam a importância da coordenação do programa ser eleita pelos próprios.

A categorização de uma ação dentro de um Programa Articulado é feita no registro, e só deveria poder ser mudada lá. Caso fosse trocada, seria importante ficar registrado a mudança de programa articulado ao longo do tempo. Para a inscrição no edital de fomento, ou para envio de resumos para a SIAC, o programa articulado deve ser o que está no registro, para não haver inconsistência nos dados.

Importante salientar que algumas informações que foram usadas no formulário poderiam ou deveriam constar no registro e/ou nos editais de fomento, como por exemplo:

1. Data de criação: É importante saber se é uma ação nova, ou se é uma ação que já tem muitos anos (pois ações mais antigas costumam ter uma maturidade maior, além de poderem ser avaliadas por seus resultados, ao invés de apenas pela proposta).
2. Ter um campo de TAGs, além de subcategorias embaixo do Programa Articulados, para facilitar a categorização e as buscas.
3. Seria importante que ficasse facilmente visível a participação de fato dos alunos de graduação, pós-graduação, técnicos e docentes ao longo dos anos nos projetos.





4. As categorias da relação com o público podem ajudar a entender a metodologia do projeto (se é mais ou menos dialógica, se tem uma perspectiva mais pragmática ou emancipatória etc).
5. É fundamental ter um mapeamento de produtos “prontos” que cada ação tem a oferecer pra eventos de divulgação científica da UFRJ como “Conhecendo a UFRJ”, SNCT, “UFRJ na Praça” etc. Dentre os principais, consideramos Oficinas, Cartilhas e Vídeos curtos.
6. É importante ter a informação do principal(is) canal(is) de divulgação da ação (sites institucionais, redes sociais etc) → Onde é possível acompanhar as ações do projeto/curso, suas atualizações etc.

Além disso, nossa experiência ao longo do mapeamento aponta a necessidade de mais informações dos projetos ficarem disponíveis publicamente, indexadas e possíveis de serem encontradas em sistemas de busca. Da forma que estava no SIGPROJ, os textos dos projetos eram orientados aos pareceristas, de forma a serem aprovados o registro e depois a conseguirem os recursos do edital de fomento. Assim, muitas vezes eram moldados a partir dos critérios de avaliação. Por mais que isso faça parte, é importante ter trechos de textos direcionados a outros públicos de interesse, a partir das informações que estes buscam. Estas informações preferencialmente deveriam ser de forma sintética e objetiva (a serem melhor mapeadas com esses públicos):

- Para alunos → objetivo: conhecer o projeto pra ver se interessa em atuar nele → informações sobre onde é a ação, qual a dinâmica de trabalho, quais áreas de conhecimento, dinâmicas de reuniões internas e atividades de campo.
- Para provável público-alvo → objetivo: buscar projetos que podem atuar em seu território ou assessorar sua organização, ou cursos que quer fazer → Possibilidade de encontrar ações por tipo de soluções que oferecem, pra que tipos de públicos, em que áreas temáticas, se são cursos ou projetos, se tem vagas abertas, quando e onde se inscrever.
- Para outros coordenadores de projetos → objetivo: encontrar projetos que podem estabelecer parcerias → dados sobre territórios de atuação, temáticas e metodologias e perspectivas políticas das ações.





Finalmente, reiteramos o potencial que tem a política de articulação entre ações de extensão da UFRJ. Com mais de 1000 ações registradas, em conjunto com um crescimento exponencial de ações, a tendência é cada vez mais as ações se isolarem e a Pró-reitoria de Extensão ter dificuldade de conhecer de fato toda essa força que a UFRJ tem em diálogo com a Sociedade. Os Programas Articulados podem ajudar a PR5 a mapear, articular e construir políticas específicas para cada temática, além de otimizar recursos para que a UFRJ possa cumprir de fato seu papel transformador na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.





Projeto de Letramento de
Jovens e Adultos da COPPE
Centro de Tecnologia da UFRJ



Referências Bibliográficas

- BORDA**, Orlando Fals. *El Problema de Cómo Investigar la Realidad para Transformarla*. Federación para el Análisis de la Realidad Colombiana (FUNDABCO). Bogotá, Colombia. 1978.
- BRITO**, Talamira T. R.; **CUNHA**, Ana Maria de O. *Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência*. APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação Vitória da Conquista. Ano VII n. 12 (p. 43-63). 2009.
- CUNHA**, L. A. *A Universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. (Coleção Educação em Questão).
- CARBONARI**, Maria Elisa Ehrhardt; **PEREIRA**, Adriana Camargo. *A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade*. Departamento de Extensão da Anhanguera Educacional S.A. São Paulo. 2007.
- DANTAS**, Denise Cunha. *A Efetividade dos Projetos de Extensão da UFRJ no Contexto da Prática*. Rio de Janeiro. 2018. Qualificação no Mestrado Profissional do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social - NIDES, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FÁVERO**, M. L. *Universidade e poder*. 2. ed. rev. Brasília: Plano, 2000.
- FILHO**, José Eduardo Pereira; **FREITAS**, Maria Alice Ilha Niederauer de. *A dinâmica da Extensão Universitária: um breve relato dos desafios de uma IES e sua inserção social sob a perspectiva do ensino e pesquisa*. Revista Ciência Atual. Volume 5, Nº 1. Rio de Janeiro, 2015, Pg. 02-14. Disponível em: <www.inseer.ibict.br/cafsj> Acesso em: 19/05/2019.
- FRAGA**, Lais Silveira Fraga; **ALVEAR**, Celso Alexandre Alvear; **CRUZ**, Cristiano Cordeiro Cruz. *Na trilha da contra-hegemonia da engenharia no Brasil: da Engenharia e Desenvolvimento Social à Engenharia Popular*. CTS: Revista





Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad, v. 14, n. 42, 2019. no prelo.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1977.

_____. *Pedagogia do Oprimido.* Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987.

KOCHHANN, Andréa. *A extensão universitária no Brasil: compreendendo sua historicidade.* Anais da VI Semana de Integração Inhumas: UEG. Goiás, 2017, p. 546-557.

LIANZA, Sidney; MACIEL, V. de F.; JOVENTINO, F. K. P.; ALENCAR, C. A. de A.; ADDOR, F. *A experiência da Papesca/UFRJ em Macaé-RJ, Brasil.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

MIGUENS, Sérgio Augusto Quevedo Jr.; CELESTE, Roger Keller. *A extensão universitária.* 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/253645827_A_EXTENSAO_UNIVERSITARIA_-_Capitulo_de_Livro/download> Acesso em: 12/06/2019.

NETO, José Alves de Freitas. *A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana.* Revista Ensino Superior Unicamp. Edição 03. Campinas, 2011, p.62-70. Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf> Acesso em: 19/06/2019.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual.* In: FARIA, Dóris Santos de et al.(org). *A construção conceitual da extensão universitária na América Latina.* Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. *Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX).* P Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7 / Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 05/06/2019.





SIMONI, M. *Engenharia de produção da exclusão social.* In: Metodologias e Experiências em Projetos de Extensão. Niterói. 2000.

THIOLLENT, Michel (Org). *Extensão Universitária: Conceitos, Métodos e Práticas.* Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2003.

_____ *Aspectos Qualitativos da Metodologia de Pesquisa com Objetivos de Descrição, Avaliação e Reconstrução.* Cadernos de Pesquisa, (49): 45-50, maio 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PR-5). *Ata da 52ª Plenária de Extensão.* Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 2016 . Disponível em <http://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/Plenaria/Atas/2016/2016_-_PR5_-_ATA_DA_52_PLENRIA_DE_EXTENSO_-_7_DEZ_.pdf> Acesso em: 25/06/2019.



